

NARA GENTIL



Gás de cozinha chega ao sexto reajuste em 2021; consumidor será afetado no preço final

gado, mas felizmente minha esposa e meu filho estão trabalhando, o que ajuda a manter a casa”.

DIFICULDADE

O CORREIO acompanhou o momento da entrega do gás de cozinha do seu Lismar, feito por Alexandre, o próprio dono da distribuidora que atua na região desde 2016. No início do negócio, o preço do botijão era apenas R\$ 43, ou seja, em cinco anos, o valor do produto dobrou. Segundo o diretor do SinRevGás, esses aumentos em sequência no preço causam mais problemas nas distribuidoras.

“É toda uma cadeia que fica prejudicada, pois quanto mais alto o preço, cai a procura. O consumidor doméstico fica afetado, mas também aquele que usa o gás para trabalhar, fazer uma comida, vender”, conta Robério. O problema pode ser visto na lista de aumentos do gás de cozinha em 2021, segundo o SinRevGás: janeiro (reajuste de 6,0% pela Petrobras), março (5,0% pela Petrobras, R\$1,49 pelo Governo do Estado e R\$ 3,00 pelas distribuidoras), abril (5,2% pela Petrobras) e junho (5,9% pela Petrobras).

Na distribuidora Roberto Gás, no Cabula, já não havia gás disponível desde sábado por causa do aumento da procura. “Estamos vendo se chega hoje (ontem). O valor deve subir na hora”, disse o atendente, que não quis ser identificado. Já na Pontual Gás, no Imbuí, ainda havia botijão. Lá, o produto custava R\$ 88 a vista e R\$ 90 no cartão, ainda sem o reajuste. “Acredito que até o final do ano vamos chegar em R\$ 100”, lamentou uma funcionária.

O Bagacinho Boteco, empresa de Karla Baqueiro, localizada na Barra, requer três botijões por mês. Com a alta no preço do GLP e dos alimentos, a empresária conta que os valores dos produtos tiveram que aumentar entre 2% e 8% em plena crise financeira gerada pela pandemia. “De coração, eu gostaria que não tivesse esse aumento, que eu não conseguisse passar para o cliente, mas não tem outro jeito”.

A Central Única das Favelas (CUFA) realiza desde ontem, de forma gratuita, a distribuição de botijões de gás para o projeto Mães da Favela em Salvador. Foram mil botijões ao todo, sendo que a metade ficou para hoje. A ação é só para famílias que foram cadastradas no projeto.

*ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

EXPLOÇÃO DE PREÇO

Salvador Gás de cozinha vai sair por até R\$ 110 na capital, alerta Sindicato dos Revendedores

Daniel Aloisio

REPORTAGEM
daniel.santos@reddebahia.com.br

Com o reajuste de 5,9% no preço do gás de cozinha, conforme anunciado pela Petrobras, o produto poderá ser encontrado por até R\$ 110 nas distribuidoras de Salvador. Isso é, pelo menos, o que alerta Robério Souza, diretor do Sindicato Dos Revendedores de Gás do Estado da Bahia (SinRevGás). “Muito provavelmente, em alguns polos, o consumidor encontrará por até R\$ 110. Nos locais mais caros é esse o teto”, avisa.

Segundo Robério, os revendedores estão assustados com os aumentos, que prejudicam todo o setor. “Esse já é o sexto reajuste na Bahia. A rede distribuidora assumiu alguns custos e não repassou para o consumidor, mas isso

já está prejudicando o funcionamento de algumas empresas”, lamenta.

Na Santos e Vieira Distribuidora de Gás, localizada em Dom Avelar, a empresária Gisele Vieira diz que nem sabe como está conseguindo trabalhar por causa do preço alto dos produtos. “Estamos ficando num sufoco muito grande. Nossa revenda fica na periferia. A renda do pessoal vem pelo mercado informal e o povo tá sem dinheiro para comprar gás. A gente não pode repassar todo reajuste, senão eles não conseguem pagar”, reclama.

Ontem, o preço do GLP no estabelecimento ainda estava por R\$ 78 na portaria, R\$ 83 para entrega à vista e R\$ 88 para entrega no cartão. Segundo a empresária, o custo que ela tem para comprar o gás era de R\$ 68 e agora vai saltar para R\$ 72.

Por causa da alta dos pre-

ços, a distribuidora teve que demitir um funcionário na semana passada, que atuava como motoboy. Hoje, toda a família de Gisele contribui com a empresa, para ela não fechar as portas. O marido Alexandre, por exemplo, passou a trabalhar como entregador. “É uma renda da família, mas hoje o que sustenta minha casa é a minha aposentadoria, pois pela revenda não estamos conseguimos mais tirar dinheiro”, conta.

Os clientes mais espertos aproveitaram a oportunidade para adquirir logo o gás num valor mais baixo. Morador de Castelo Branco, Lismar Matos, 40 anos, fez justamente isso. “Aqui um botijão dura, geralmente, uns três meses e a gente sempre tem um extra. Mas como eu ouvi falar que o preço ia aumentar, resolvi logo comprar. Esses aumentos são um absurdo. Eu, no momento, estou desempre-

DICAS PARA ECONOMIZAR O GÁS

● **Atenção ao fogo** A cor do fogo pode dar sinais de impurezas acumuladas nos bocais do seu forno e fogão. A tonalidade da chama deve ser azul, se notar que ela está alaranjada ou amarelada, deve haver algum entupimento que pode te impossibilitar na hora de economizar.

● **Manutenção** Mantenha a manutenção do seu fogão em dia. Isso pode te ajudar a diminuir o consumo do gás.

● **Organização** Se costuma ligar o fogão antes mesmo de liberar a sua área de trabalho e de separar os ingredientes que vai precisar, provavelmente você está perdendo tempo e gastando gás à toa.

● **Pré-cozinh** Talvez seja interessante cozinhar de uma só vez em grande quantidade e congelar os alimentos nas porções ideais para o seu consumo e da sua família. Desta forma, você economiza e só precisa finalizar no dia que for levar à mesa.

● **Tampas corretas** Quando economizamos no tempo de cozimento de uma receita, estamos diminuindo o consumo de gás. Uma dica para fazer isso é usar a tampa do tamanho exato da panela, assim o alimento irá cozinhar mais rápido.

● **Aquecimento** Pré-aquecer o forno faz toda a diferença, tanto na hora de assar um alimento, quanto na economia do gás de cozinha.

● **Planejar** Uma boa ideia é cozinhar pratos diferentes que usam o forno na mesma temperatura para cozinhar -los juntos.

Fonte: Consul

PREÇOS NA CAPITAL

Revendedora	Preço à vista	Preço no cartão	Retirada no local	Contato
SOS Gás (Vale do Matatu)	R\$ 96	R\$ 98	Sem retirada no momento	3382-0502
Brasil Gás (Subúrbio)	R\$ 90	R\$ 93	R\$ 85	3308-1020
Brasil Gás (São Caetano)	R\$ 90	R\$ 95	R\$ 85	3303-0218
Ele Shadal (Uruguaí)	R\$ 94	R\$ 96	R\$ 84	3312-4538
Brasil Gás (Costa Azul)	R\$ 94	R\$ 94 (débito) / R\$ 98 (crédito)	R\$ 92	3372-0672

CONTROLE Do dia 18 a 21 de junho, por exemplo, a restrição de locomoção acontece das 20h às 5h

Bruno Reis anuncia prorrogação de medidas restritivas até dia 22

DA REDAÇÃO

O prefeito Bruno Reis (DEM) anunciou ontem que todas as medidas municipais de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em vigor na capital baiana serão prorrogadas por mais sete dias. Dessa forma, as determinações passam a valer até a próxima terça-feira. A declaração foi feita durante o lançamento do edital Viva Cultura 2021 em coletiva virtual no Teatro Gregório de Mattos (TGM), no Centro.

Na ocasião, o prefeito divulgou um balanço da atual situação epidemiológica e do processo de vacinação contra o Sars-CoV-2.

As atividades econômicas em Salvador devem seguir o toque de recolher – neste caso, devem ser encerradas até 30 minutos antes do determinado pelo decreto do governo do estado, para garantir o deslocamento dos funcionários até suas residências. Do dia 18 a 21 de junho, por exemplo, a restrição de locomoção acontece das 20h às 5h.

Os clubes sociais, recreativos e esportivos seguem funcionando das 6h às 21h – aos sábados, até 18h, e aos domingos, até 14h. Os cinemas continuam abrindo das 10h às 21h; e centros e espaços de exposições terão horário livre para eventos científicos com até 50 pessoas.

Podem abrir diariamente: os shopping centers, centros comerciais e similares, das 10h às 21h – os prestadores de serviços situados nestes locais devem obedecer ao horário dos shoppings. Os restaurantes, bares, pizzarias, temakerias, sorvetarias, doçarias, cafeterias e similares podem operar das 11h às 21h30, sendo que os clientes só poderão acessar



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Policiais militares realizam ronda no bairro do Rio Vermelho por conta das determinações das medidas restritivas

Capital registrou taxa de 79% de ocupação em leitos de UTI na rede pública

os estabelecimentos até uma hora antes do fechamento, às 20h30.

Serviços relacionados à construção civil podem funcionar das 7h às 17h; clínicas

de estética, das 7h às 20h; escritórios administrativos (contabilidade, consultoria e similares), das 10h às 19h; escritórios de advocacia, das 10h às 19h; autoescolas, das 10h às 20h; comércio de rua, das 10h às 18h. Os salões de beleza, barbearias e similares podem funcionar das 10h às 20h. As lanchonetes, por sua vez, das 7h às 15h.

Sem restrição de horário – seguindo apenas o toque de recolher –, os serviços de saúde, supermercados, panificadoras, delicatessens, açougues e conveniências, farmácias e drogarias, agências bancárias, lotéricas, la-

boratórios de análises clínicas, postos de combustíveis, call centers, oficinas mecânicas e borracharias, cemitérios e serviços funerários, hotéis, pousadas e demais estabelecimentos de alojamento, academias e similares, cursos livres, templos religiosos e igrejas, indústria e funcionalismo público não essencial.

No caso dos mercados e supermercados, devem atender idosos, pessoas com diagnóstico de câncer e em uso de medicamentos imunossupressores das 7h às 9h. Já as medidas de proteção à vida prosseguem

nos bairros de Brotas, Lobato, Boca do Rio, São Marcos, Fazenda Grande do Retiro e São Caetano.

Cenário da Covid-19

A cidade amanheceu com 79% na taxa de ocupação de leitos de UTI na rede pública. Na rede particular, o Portuquês registra ocupação de 71%; o São Rafael, 78%; o Aliança, 70%; o Jorge Valente, 76%; e o Santa Izabel, 72%. "Os índices de ocupação dos leitos de UTI da rede pública, somado aos da rede privada e demanda das UPAs servem para tomarmos decisões", disse o prefeito.

Governo proíbe venda de bebida alcoólica no São João

DA REDAÇÃO

A venda de bebida alcoólica segue proibida no próximo fim de semana e no período junino na Bahia, inclusive por delivery, das 18h de 18 de junho até as 5h de 21 de junho e também das 18h de 23 de junho até as 5h de 28 de junho. Na região metropolitana de Salvador (RMS), a proibição será das 20h de 18 de junho até as 5h de 21, bem como das 20h de 23 de junho até as 5h de 28 de junho.

A comercialização no fim de semana será liberada em municípios em que a taxa de ocupação de leitos de UTI vier a se manter igual ou inferior a 75%, por cinco dias. O decreto prorroga a restrição da locomoção de pessoas das 21h às 5h, na Bahia, até 29 de junho. Nos municípios localizados na Chapada Diamantina, oeste, Irecê, Jacobina, sudoeste e extremo sul, o toque de recolher vale das 20h às 5h.

Na RMS, a restrição de locomoção noturna será das 20h às 5h, entre 18 e 20 de junho e entre 23 e 28 de junho. Nos demais dias, o toque de recolher permanece das 22h às 5h. A circulação dos meios de transporte metropolitanos será suspensa das 20h30 às 5h, de 18 a 20 de junho e de 23 a 27. Nos demais dias, não circulam das 22h às 5h, até dia 29.

Os ferryboats não vão circular nos dias 19, 20, 26 e 27 de junho. Já nos dias 18, 23, 24, 25, a circulação ficará suspensa das 20h30 às 5h. Nos dias 15, 16, 17, 28 e 29, os ferryboats não funcionam das 22h30 às 5h. As lanchinhas não circulam das 20h30 às 5h, nos dias 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26 e 27. Já nos dias 15, 16, 17, 28 e 29, as lanchinhas não funcionam das 22h30 às 5h.

LEIA MATÉRIA COMPLETA NO PORTAL A TARDE

Bahia espera 9,7 mi de doses da Sputnik V

GABRIEL ANDRADE

O governador da Bahia, Rui Costa, comentou ontem, as cobranças que está recebendo para acelerar a imunização contra a Covid-19. "Se a Anvisa liberar o total de doses que contratamos da Sputnik, eu garanto a vacinação de 75% do público baiano até final de agosto", afirmou.

Em março deste ano, a Bahia e o Fundo Russo celebraram o contrato de compra de compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V. Apesar disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou apenas vacinas para 1% da população de cada estado, medida que foi criticada por governadores que pressionam pela liberação do imunizante.

Ainda segundo o governador, no lugar de pulverizar as doses da Sputnik, alguns municípios vão ser escolhidos para imunizar 100% da sua população.

"Devemos escolher algumas cidades, quatro ou cinco, para imunizar 100% da população acima de 18 anos. Com isso vamos ter números robustos para que os pesquisadores possam fazer relatos e ter um efeito de demonstração", disse.

Efeito

Um teste parecido aconteceu no município de Serra, em São Paulo. Um estudo idealizado pelo Instituto Butantan imunizou cerca de



Jorge Bernal/ AFP

Municípios serão escolhidos para imunizar 100% da sua população com imunizante

"Se a Anvisa liberar o total, 75% do público será vacinado até agosto"

RUI COSTA, governador da Bahia

95% da população com a Coronavac, o que resultou na queda de 95% nas mortes por Covid.

Segundo Rui, serão cida-

des de 40 ou 50 mil habitantes que vão receber a cerca de 300 mil doses liberadas pela Anvisa.

Receio

Rui também criticou a instabilidade nos prazos por parte do governo federal para entrega das vacinas. "Como o governo federal não cumpre o prazo de entrega das vacinas, eu não posso criar uma falsa expectativa nas pessoas", disse.

"Entendo a ansiedade de todos e garanto que estamos fazendo todos os esforços para acelerar a vacinação

contra a Covid-19. Quando o governador fala, é pra cumprir. É desta forma que eu trabalho", afirmou.

A fala de Rui vem de São Paulo anunciar, no último domingo, a antecipação no calendário de vacinação contra Covid em 30 dias.

O governador do estado, João Doria promete imunizar toda a população paulista adulta até setembro. "Não vou ficar fazendo anúncio só pra ganhar manchete de jornal ou de site. Eu não vou fazer isso e espero aguardar a chegada das vacinas", completou Rui.

Mutirão de 2ª dose contra a Covid-19 continua hoje

TÁCIO CALDAS*

O mutirão de vacinação exclusivo para a 2ª dose contra a Covid-19 continua hoje. Assim, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) intensifica a imunização desse público com os imunizantes da CoronaVac e Oxford. Hoje, também, será realizada busca ativa com agentes comunitários pelo grupo de gestantes e puérperas que ainda não iniciaram o seu processo de vacinação contra a Covid-19 em Salvador.

A administração das vacinas de 2ª dose contemplará quem tem data de retorno até o dia 27 de junho de 2021. "Amanhã (hoje), das 8h às 16h, a estratégia de vacinação será exclusiva para a aplicação das 2ª doses, com exceção das 1ª doses de gestantes e puérperas (até 45 dias após o parto), com ou sem comorbidades. Estamos fazendo esse esforço para incentivar que todos com data de retorno marcada até o dia 27 de junho adiantem suas doses de reforço", informou Bruno Reis pelo Twitter.

Para o mutirão foi disponibilizada a vacinação por demanda em trinta locais entre drives e pontos fixos. Desse total, apenas três ficaram com a aplicação da CoronaVac, enquanto todas as outras ficaram à disposição da vacina da AstraZeneca/Oxford.

Os cidadãos que busca-

rem o complemento do seu esquema vacinal podem verificar quais os pontos disponíveis para o seu imunitante no site www.filometro.saude.salvador.ba.gov.br/.

Busca ativa

As gestantes e puérperas, que serão alvo de uma busca ativa pela Prefeitura do Salvador, devem ser localizadas por agentes comunitários e de combates a endemias. O horário de funcionamento será o mesmo do mutirão da 2ª dose e o imunizante utilizado será a da Pfizer. As mulheres nesta condição, para receber a vacina, devem estar com seu nome cadastrado no site da SMS e apresentar um documento oficial com foto.

A partir de amanhã, a estratégia de vacinação voltará a atender aos demais públicos. O gestor municipal garantiu isto em sua conta no Twitter e informou que será necessário a entrega de mais doses das vacinas. "Durante o restante da semana, vamos focar na aplicação das 1ª doses, avançando por idade e concluindo os públicos prioritários definidos no PNI. seguimos no aguardo da distribuição de um novo lote do governo federal para retomar a aplicação da 1ª dose", destacou Reis.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

BENEFÍCIO Discussão sobre estender o pagamento aos mais vulneráveis ocorre em meio ao temor de uma terceira onda do novo coronavírus no Brasil

Auxílio será prorrogado por três meses, anuncia Guedes

Wilson Dias / Ag. Brasil / 12.2.2020



Ministro da Economia falou sobre benefício pago

DA REDAÇÃO

O governo vai prorrogar o auxílio emergencial aos mais vulneráveis por mais três meses, informou o ministro da Economia, Paulo Guedes. A medida será estendida até outubro, nos mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Hoje, o auxílio contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros. Conforme Guedes, o Ministério da Saúde o teria informado de que toda a população adulta estará vacinada contra a Covid-19 até outubro.

No entanto, o ministro da Economia ressaltou que a decisão final sobre o número de parcelas será tomada pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo ministro da Cidadania, João Roma, com base em dados mais concretos do Ministério da Saúde sobre o ritmo de vacinação dos brasileiros.

A prorrogação do auxílio aos mais vulneráveis é discutida em meio ao temor de uma terceira onda do novo coronavírus no Brasil, com a

expectativa pela aceleração da vacinação contra a Covid-19. No último domingo (14), o Brasil voltou a se aproximar da marca de duas mil mortes diárias em média pela doença, enquanto apenas 11,7% da população está vacinada com as duas doses.

Guedes explicou que a extensão da ajuda a vulneráveis é uma forma de manter a assistência às famílias enquanto a imunização da população contra a Covid-19 ainda avança nos estados e também evita um "vácuo" até o lançamento da nova política social permanente do governo.

O auxílio emergencial em 2021 está mais restrito que o

do ano passado. É pago em quatro parcelas, com valores de R\$ 150, R\$ 250 ou R\$ 375, dependendo da família, limitado a um benefício por família.

São beneficiadas 45,6 milhões de pessoas, 22,6 milhões a menos do que no auxílio emergencial de R\$ 600 pago em meados do ano passado (68,2 milhões de pessoas).

Só recebe o novo auxílio quem recebeu no ano passado e, portanto, já está inscrito nos cadastros públicos usados para a análise dos pedidos. Quem não faz parte dos cadastros não receberá o benefício, visto que não haverá novos pedidos.

Medida provisória

A prorrogação do benefício deve acontecer por meio de medida provisória. Cogitada anteriormente, a ideia de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) perdeu força, porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para lidar com a despesa adicio-

nal. No começo do ano, o governo precisou lançar mão de uma PEC para aprovar os primeiros R\$ 44 bilhões referentes à nova rodada do benefício, porque o orçamento de 2021 ainda estava em tramitação no Congresso e não havia espaço na meta.

A prorrogação do auxílio também abrirá mais espaço no orçamento para a nova política social permanente, que substituirá o Bolsa Família. Os beneficiários do Bolsa Família são "transferidos" para a folha do auxílio durante sua vigência, poupando o orçamento do programa.

Atualmente, essa "sobra" do Bolsa dentro do teto é de aproximadamente R\$ 7 bilhões. Os recursos devem ser utilizados para turbinar a nova política social.

Conforme a Lei das Eleições, no ano do pleito fica proibida a distribuição de valores e benefícios, exceto programas sociais já autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício anterior – neste caso, em 2021.

INÉDITO

Ipea lança estudo sobre mercado de trabalho

AGÊNCIA BRASIL

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) lançou ontem um estudo com indicadores inéditos no Brasil sobre mercado de trabalho e produtividade. Um deles é o Índice de Qualidade do Trabalho (IQT), que analisa dados de escolaridade e de experiência da população ocupada do país.

De acordo com o estudo, a mudança de composição na população ocupada (PO) provocou o crescimento mais acelerado do indicador durante as fases de recessão, com crescimento de 2,7% ao ano entre o primeiro trimestre de 2014 até o quarto de 2016 e de 11,9% ao ano no período do quarto trimestre de 2019 ao segundo de 2020. Em contrapartida, nas fases de expansão econômica, os percentuais de crescimento médio ficaram entre 0,90% e 1,5% a.a., respectivamente.

Conforme o estudo, em períodos de crise há um avanço na proporção relativa de trabalhadores mais qualificados na população ocupada, em razão da maior perda líquida de empregos para os menos escolarizados e com menor grau de experiência.

Como resultado, em termos de capacidade produtiva, o efeito composição gera um aumento da qualidade das horas efetivamente trabalhadas no período.

Escolaridade

O estudo mostrou ainda que houve uma perda muito grande de horas trabalhadas na população de baixa escolaridade, o que não ocorre para quem tem escolaridade com nível superior, que não teve perda quando se compara o primeiro trimestre deste ano com o do ano passado e na verdade registrou alta.



Made in Bahia: um ano estimulando nossa baianidade empresarial



Divulgação

CARLOS SÉRGIO FALCÃO

Fundador da Winners Engenharia Financeira e líder do Business Bahia

Ainda no início da pandemia, o Business Bahia lançou uma das mais bem-sucedidas ações de valorização dos produtos e serviços baianos da história, e não poderíamos deixar de celebrar esse momento nessa nossa coluna semanal.

O objetivo foi despertar na população a importância de priorizar o consumo dos nossos produtos e incentivar o orgulho da nossa baianidade também ao consumir, fortalecendo a economia do estado. Com o slogan "Essa luta é minha, é sua, é nossa", a campanha lançou o selo Made in Bahia, que teve uma divulgação maciça na mídia local e nacional, e contou com o amplo apoio dos principais líderes políticos e empresariais baianos, que gravaram vídeos saudando a ação e parabenizando o Business Bahia pela iniciativa.

Centenas de empresas e entidades também manifestaram apoio e passaram a utilizar o selo em seus produtos, automóveis, embalagens, sites e vídeos institucionais. Com o apoio do Grupo A TARDE, passamos a ter uma coluna semanal no jornal impresso e online, onde empresas contam um pouco da sua história na Bahia, e o momento Made in Bahia na A TARDE FM, onde temas voltados exclusivamente à economia do nosso estado são abordados semanalmente.

O sucesso foi tão expressivo que inspirou outras campanhas similares, e a Assembleia Legislativa aprovou lei consolidando o selo Made in Bahia para os produtos baianos. Além disso, a nossa campanha motivou a Arazul Capital a lançar o Fidic Desenvolve Bahia, exclusivo para as empresas baianas.

Estamos participando juntos de um movimento apartidário, social, econômico e que visa fortalecer as nossas empresas. Um importante apoio nessa luta poderá vir da Alba, mais especificamente através de uma iniciativa do deputado Alex da Piatã, que propôs projeto de lei criando o Programa de Estímulo à Produção Baiana. Este PL, se aprovado, irá conceder incentivos às empresas baianas que aderirem ao selo Made in Bahia, o que será muito importante para a consolidação da campanha e para conscientização dos nossos consumidores.

Muito já fizemos, mas ainda temos um longo caminho pela frente. Precisamos continuar fomentando esse ciclo virtuoso, priorizando a aquisição de produtos e serviços Made in Bahia. Centenas de empresas baianas, especialmente na área de serviços, foram muito sacrificadas pelas medidas restritivas, e cabe a todos nós ajudá-las a retomar suas atividades aos níveis pré-pandemia.

Não devemos deixar toda a responsabilidade pela recuperação das nossas empresas com o poder público. Somos empresários e líderes, também responsáveis pelo resgate de outras empresas. Temos compromissos com nossa comunidade e com a geração de empregos. Uma economia local forte gera mais oportunidades para todos, essa é a missão do Made in Bahia.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

JUROS

Mercado aumenta previsão para a Selic

AGÊNCIA BRASIL

O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, suba 0,75 ponto percentual para 4,25% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), marcada para hoje e amanhã, em Brasília.

A expectativa está no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Atualmente, a Selic está em 3,5% ao ano, após o segundo aumento consecutivo, devido à alta da inflação no país.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic termine 2021 em 6,25% ao ano. A previsão da semana passada estava em 5,75% ao ano. Para o fim de 2022, 2023 e 2024, a estimativa é de que a taxa básica encerre es-

tes períodos em 6,5% ao ano. A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Inflação

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 5,44% para 5,82%, na 10ª alta consecutiva.

A estimativa para 2021 supera o limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para 2022, a estimativa de inflação foi ajustada de 3,70% para 3,78%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

CONTRABANDO

800

mil reais é quanto foi avaliada uma carga de produtos falsificados interceptada em Feira de Santana, no domingo (13). o caminhão saiu de Nova Serrana, em Minas Gerais, com destino a cidades do Nordeste, com 10 mil pares de calçados e bolsas, sem nota fiscal

'Prévia' do PIB indica alta de 0,44% em abril, aponta BC

ATIVIDADE ECONÔMICA Após recuar em março, o nível de atividade da economia brasileira voltou a registrar crescimento em abril deste ano, segundo números divulgados ontem pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) da instituição, considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB), teve alta de 0,44% em abril, na comparação com o mês anterior. O número foi calculado após ajuste sazonal, uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes. Na comparação com abril do ano passado, o indicador teve crescimento de 15,92%, informou o Banco Central.

Ainda de acordo com o Banco Central, no acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, o índice de atividade econômica registra expansão de 4,77%, na comparação com os meses anteriores. Já em 12 meses até abril de 2021, houve queda de 1,20%.

Crise hídrica piora clima da votação sobre Eletrobras

ENERGIA A iminência da publicação de medida provisória que abre caminho para o racionamento de energia, com o agravamento da crise hídrica, pode prejudicar votações da proposta que permite privatizar a Eletrobras. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), tem manifestado incômodo com a intenção do governo de restringir o reservatório da hidrelétrica de Furnas, no sul de Minas Gerais, e priorizar o uso da água para energia. Pacheco decidiu pautar para amanhã a MP que abre caminho para a privatização da Eletrobras, mesmo sem acordo para aprovação. Na semana passada, líderes do Senado aumentaram a reação à MP e ameaçaram derrubar a proposta, pedindo até que o texto não fosse pautado. Na avaliação da Consultoria Legislativa do Senado, a MP é inconstitucional.

65%

Da energia elétrica consumida no país depende de reservatórios de água

O texto precisa do aval do Congresso até o dia 22 ou perderá validade. A aposta do governo federal é que a MP seja aprovada no Senado com alterações para que a Câmara faça nova votação na próxima semana.

O governo pretende criar um comitê que pode definir um "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica". Dada a repercussão no setor elétrico, o governo avalia se vai manter ou retirar o termo. A previsão é que o texto seja enviado ao Congresso hoje.

EMPRESAS BRASILEIRAS CAPTARAM QUASE R\$ 70 BI ESTE ANO

EXPANSÃO As fusões e aquisições de empresas brasileiras já alcançaram US\$ 34,7 bilhões em negócios este ano, segundo dados compilados pela Bloomberg. É quase quatro vezes o volume de operações em 2020. Ao mesmo tempo, as emissões de ações no país cresceram 83%, para R\$ 69,6 bilhões. A busca de investidores por

aplicações mais rentáveis em meio aos juros baixos renovou o interesse por ações negociadas em Bolsa. Capitalizadas, as empresas vão às compras de outras mais afetadas pela pandemia. "Muitas empresas estão com o caixa cheio depois de ofertas de ações e estão aproveitando a oportunidade para fazer movimentos

de consolidação", explica Alexandre Bertoldi, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, segundo o ranking de assessores jurídicos em fusões e aquisições no Brasil.

O escritório trabalhou com a Hapvida na fusão de US\$ 10,6 bilhões com a Notre Dame Intermédica, a maior transação deste ano.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0702	R\$ 5,0707
Dólar Turismo	R\$ 5,0730	R\$ 5,2430
Euro turismo	R\$ 6,0830	R\$ 6,3670

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	130.207,96	+0,59%

POUPANÇA

04/05/2017	0,2019%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,37%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,35%	7,59%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

AUMENTO DE CAPITAL

423MI

de reais foram captados pela Gol em processo de aumento de capital

268MI

foram aportados pelos irmãos Constatino, que controlam a empresa

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As distorções no avesso da reforma

A Previdência enfrenta uma verdadeira contrarreforma com decisões judiciais que restabelecem pontos que haviam sido alterados na reforma aprovada em 2019. Está empatado no STF, por cinco a cinco, a revisão da aposentadoria com base em recolhimentos antes de 1994. A mudança pode ter o impacto de R\$ 46 bilhões em dez anos, mas o maior problema é que qualquer cálculo de valores anteriores ao Real é muito trabalhoso por causa da hiperinflação. Há outras ações em julgamento, como a que permite deixar a aposentadoria para um menor da família, mesmo que tenha pai e mãe, ou a liminar que desobriga os cartórios a mandarem informações detalhadas para a Previdência.

No Brasil, o sistema de aposentadorias não é injusto por acaso. São muitos os caminhos que parecem corretos, mas que acabam sendo usados por quem tem dinheiro para bons advogados. E há neste momento uma ofensiva, em várias frentes, que está reduzindo a economia prevista com a reforma aprovada.

O executivo de uma grande empresa, por exemplo, entrou com um pedido para se aposen-

tar com pouco mais de 40 anos. Ele alegava trabalho rural infantil. A prova seria o fato de a família ter um sítio, no qual ele teria trabalhado. O pedido foi negado porque, descobriu-se, o pai era funcionário público. Ele já recorreu. É claro que em caso real de trabalho infantil rural o tempo tem que ser contado, o problema é que o requerimento tem sido feito por pessoas da classe média e cuja família tinha sítio para lazer e não como local de trabalho das crianças.

Deixar a pensão para um menor, dependente, parece também muito justo. Mas o que tem acontecido é que o segurado, que não tenha um pensionista natural, cria um falso vínculo de dependência com um menor da família. A lógica está embutida na frase "não vou deixar a apo-

sentadoria para o governo" e é fruto da distorção de achar que o benefício previdenciário é um patrimônio a ser deixado para herdeiros. Técnicos do governo identificam muitos que adotam neto, apesar de a criança ter pais em idade produtiva. Isso foi proibido na reforma da Previdência, tanto dos civis, quanto dos militares, mas agora o assunto foi levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a Previdência perdeu. Foram seis votos a favor de restabelecer a legalidade da prática que tem o nome de "menor sob guarda". O voto que deu maioria contra o governo foi do ministro Edson Fachin. Como ele estabeleceu algumas condições, espera-se agora o acórdão para ver se há uma modulação que reduza o impacto aos cofres públicos.

O que mais preocupa o INSS é o assunto tratado aqui no GLOBO, numa detalhada reportagem de Geralda Doca, na semana passada. Advogados desenvolveram uma tese — já há oferta desses serviços em anúncios — que sustenta que o segurado tem o direito de reclamar a revisão da sua aposentadoria com base nos valores recolhidos antes de 1994, mas apenas se for para elevar o valor do benefício. O ministro Alexandre de Moraes pediu vista, na última sexta-feira, quando estava cinco a cinco.

O INSS não tem os valores de salários antes de 1991. Se tiver que rever, será necessário pegar as carteiras de trabalho de todos os que reclamarem para digitalizar e fazer os cálculos.

— Seria um trabalho enorme, porque a gente estima que apa-

reçam seis milhões de requerimentos. Analisar um desses equivale ao trabalho de avaliar dez pedidos normais de aposentadoria. Terá que ser manual. É ilógico de ponto de vista econômico, porque calcular os valores da época da hiperinflação é muito difícil. É injusto do ponto de vista previdenciário, já que a tese é que a mudança só pode ser para elevar o benefício e nunca para reduzir — explica uma autoridade.

O CNJ deu uma liminar aos cartórios que, pela MP do combate à fraude, foram obrigados a mandar informações detalhadas para a Previdência nos casos de óbito. A liminar os desobriga. Isso está dando uma subnotificação de mortes. Houve mês no ano passado em que apareceram 80 mil pedidos de pensão de viúvas ou viúvos, mas os cartórios só notificaram 60 mil óbitos de segurados.

Correndo atrás de tantas questões, o INSS deixa de cuidar de quem realmente precisa. Apesar da redução, ainda há fila nos pedidos de benefício, principalmente de BPC. Todas essas ações judiciais podem levar a uma verdadeira contrarreforma da Previdência.

ECONOMIA

Desigualdade social renova recorde no 1º trimestre

TRISTE RETRATO A pandemia da covid-19 aumentou a desigualdade social para um nível recorde, diminuiu a renda do trabalho e deixou os brasileiros mais infelizes e com sentimentos negativos superiores às da média global, afirma um estudo do economista Marcelo Neri, do FGV Social, divulgado ontem. O índice de Gini, medida para a desigualdade, cresceu para 0,674 no primeiro trimestre, contra 0,642 de um ano antes, renovando o recorde histórico. Quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda. O aumento no intervalo foi de igual magnitude entre a crise anterior, de 2015, até o início de 2020. A renda média per capita recuou pela primeira vez abaixo de mil reais mensais, para R\$ 995 nos três primeiros meses de 2021. O dado representa uma queda de 11,3% ante um ano antes, quando estava em R\$ 1.122, o maior nível da série iniciada em 2012. O estudo considerou a renda efetivamente recebida do trabalho dividida pelos integrantes da família. A renda do trabalho na população em idade ativa, considerando os desocupados, caiu 10,89% entre os primeiros trimestres do ano passado e deste ano. Entre os 50% mais pobres, o recuo foi o dobro.

A renda média per capita recuou pela primeira vez abaixo de mil reais mensais, para R\$ 995

INFLAÇÃO

5,82%

é a inflação que está sendo prevista por analistas do mercado financeiro para este ano, de acordo com a projeção divulgada ontem pelo Boletim Focus, do Banco Central. Há um mês, a previsão era de 5,15%

3,25%

é o aumento no custo de vida que está sendo esperado para o ano de 2023

Guedes confirma prorrogação do auxílio emergencial

MAIS TRÊS MESES O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que a renovação do auxílio emergencial deve chegar a três meses, embora essa decisão ainda precise ser confirmada pelo ministro da Cidadania, João Raul, e pelo presidente Jair Bolsonaro. A ideia, explicou o ministro, é que o auxílio seja encerrado com toda população adulta vacinada. Esse cenário poderia ser alcançado em outubro, disse Guedes, com base em informações do Ministério da Saúde.

Inicialmente, o auxílio estava previsto para durar quatro meses, até julho. O benefício atende 39,1 milhões de pessoas. Os valores — de R\$ 175, R\$ 250 e R\$ 350 — não vão mudar. Para prorrogar o auxílio, o governo deve editar um crédito extra de cerca de R\$ 20 bilhões. Esse valor vai se somar a cerca de R\$ 7 bilhões disponíveis dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa. Cada parcela tem um custo de cerca de R\$ 9 bilhões por mês.

Nos últimos dias, governadores e prefeitos têm antecipado os seus calendários de vacinação. De acordo com o consórcio de veículos de imprensa, mais de 54,6 milhões de pessoas tomaram a primeira dose de vacinas, o que corresponde a 25,79% da população. Já a segunda dose foi aplicada

IMPACTO

39,1 MI de pessoas são assistidas pelo pagamento do auxílio emergencial

20 BI de reais em crédito extra devem ser solicitados para a prorrogação

44 BI de reais já foram pagos em auxílio emergencial pelo governo este ano

em 23.659.355, o que dá 11,17% da população.

O governo também corre para lançar um novo Bolsa Família, com um valor médio superior aos atuais R\$ 192 e atendendo mais de 14 milhões de famílias. A área política do governo não quer um vácuo entre o fim do pagamento do auxílio e o novo Bolsa Família, que deve ter o nome alterado.

Mesmo antes do governo publicar a MP prorrogando o auxílio, a Caixa Econômica Federal já trabalha com o novo calendário. O objetivo é que os pagamentos continuem em agosto, para nascidos em janeiro. O cronograma deverá se estender até novembro, considerando o crédito em conta poupança e saque dos recursos.

Para os beneficiários do Bolsa Família, o calendário será mantido, até o dia 10 do mês.

A Caixa também deve anunciar hoje a antecipação do pagamento da terceira parcela da etapa que está em vigor.

TRABALHADORES DE BAIXA INSTRUÇÃO ATUAM 12,9% MENOS

MERCADO Os trabalhadores brasileiros com menor nível de instrução foram os mais prejudicados com o choque provocado pela pandemia de covid-19 no mercado de trabalho, aponta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No primeiro trimestre de 2021, o número de horas trabalhadas pelos profissionais com ensino fundamental incompleto despencou 12,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Por outro lado, as pessoas com ensino superior completo trabalharam 11,7% mais horas que no mesmo período do ano anterior. O levantamento mostra perda no número de horas trabalhadas também para quem tinha o ensino fundamental completo (-6,0%) e ensino médio completo (-4,1%).

As informações têm como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

CDS ALTO SERTÃO-BA
AVISO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002-2021
Objeto: Abertura do processo seletivo nº 002-2021 para contratação de 01(uma) vaga para Médico Veterinário (área de Medicina Veterinária) e 01 (uma) vaga para Médico Veterinário (nível superior de medicina veterinária). A inscrição será feita, exclusivamente, através do envio de e-mail (elgualanamb@fieb.org.br), do período de 14 a 18 de junho de 2021 e 21 a 23 de junho de 2021, das 8h às 18h – Maiores informações 77 3451 6070 – 77 3454 3994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO
RESULTADO DE JULGAMENTO - TP Nº 002/21 Proc. Adm. Nº 493/21 - TP n.º 002/21 - Objeto: Contratação de empresa especializada em construção civil, para executar serviços de construção de cobertura metálica em quadra poliesportiva, no povoado Malhada Grande - Paulo Afonso/BA. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que, após Parecer Técnico do setor responsável, a qual acolhe e decide DESCLASSIFICAR a proposta da empresa FORTE SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Desse modo, declara VENCEDORA a empresa RAMEDA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS - R\$ 304.310,09 (trezentos e quatro mil trezentos e dez reais e nove centavos). Declara ainda CLASSIFICADA em 2º LUGAR a empresa FG - CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 315.548,00 (trezentos e treze mil trezentos e quarenta e nove reais e três centavos). Em 3º LUGAR a empresa PWA CONSTRUTORA EIRELI - R\$ 313.524,90 (trezentos e treze mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa centavos). Face ao exposto, fica aberto o prazo de recurso de 05 (cinco) dias úteis a partir desta data. Paulo Afonso-BA, 14/06/2021. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTINA
PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021-SRP A PM de Correntina-BA (UASG 983485), através do seu Pregão, toma público a licitação de fornecimento de materiais de laboratório que serão destinados à manutenção da Secretaria de Saúde deste Município, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência do Edital, utilizando o critério de Menor Preço por Grupo/Lote para julgamento das propostas. Edital nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.correntina.ba.gov.br e www.correntina.ba.io.org.br. Entrega das propostas, a partir de 15/06/2021, às 8h, no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura das propostas: 01/07/2021, às 8h, no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Bases legais: leis federais nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, leis complementares nº 123/2006 e nº 147/2014, Lei Municipal nº 863/2010 e pelos decretos federais nº 3.555/2006 e nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 572/2020 e demais legislações pertinentes. As demais fases deste PE serão publicadas no Site www.correntina.ba.io.org.br. Informações: (77) 3488-5247. Nilson José Rodrigues-Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÁTIRO DIAS
AVISO DE ADIAMENTO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO A Pregão do Município de Sátiro Dias, comunica o adiamento da abertura da licitação PREGÃO PRESENCIAL 024/2021, para o dia 05/07/2021 às 08:00hs. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza urbana, coleta de resíduos domiciliares e comerciais, coleta de entulho, capina e poda na sede e nos distritos e povoados da zona rural do Município de Sátiro Dias, Bahia. Edital e anexo, encontram-se no setor de licitação de 2ª e 6ª feira, horário 08:00 às 12:00hs. Informações: licita@satirodias.ba.gov.br. Sátiro Dias - BA, 14 de junho de 2021 SHEILHA CRISTINA DOS SANTOS BISPO Pregoeira Oficial.
AVISO DE ADIAMENTO DA ABERTURA DA LICITAÇÃO A Pregão da Presidente da COPEL, comunica o adiamento da abertura da licitação Tomada de Preço 001/2021, para o dia 05/07/2021 às 11:00hs. Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para o planejamento em paralelo no povoado Poçoinhos/Pavimentação de vias no município de Sátiro Dias, Bahia. Edital e anexo, encontram-se no setor de licitação de 2ª a 6ª feira, horário 08:00 às 12:00hs. Informações: licita@satirodias.ba.gov.br. Sátiro Dias - BA, 14 de junho de 2021 SHEILHA CRISTINA DOS SANTOS BISPO Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAUBAS
AVISO DE SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE ACORDO COM O DECRETO 163/2021 QUE FICA decretado o LOCKDOWN no âmbito do município de Brotas de Macaúbas/BA de 13 a 21 de junho de 2021 e disciplina medidas excepcionais e temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus, causador da Covid-19.Fica suspensa a publicação do AVISO DE LICITAÇÃO e integra de edital, onde referia-se ao PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2021, cujo objeto trata-se de Registro de Preços para aquisição de pneus, câmaras de ar, baterias e remendos, sob demanda parcelada e continuada para atender os diversos Órgãos da Administração Pública Municipal, conforme a quantidade e especificações contidas no Termo Referencial, que compõe o Edital.Tipo: Menor Preço por lote, regida pelas Leis 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores. SESSÃO DE JULGAMENTO 14 DE MAIO DE 2021, às 09:00h., publicado no dia 29/04/2021, no Diário Oficial do Município (ed. 398), p. 93) Diário Oficial do Estado (D.O.E.), no dia 30 de abril de 2021, no Diário Oficial do União (D.O.U.), no dia 30 de abril (p. 218) e jornal de grande circulação, no dia 30 de abril de 2021. Os interessados poderão obter informações e/ou Edital e seus anexos no site: <http://www.acessorioinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas/> editais; <http://doem.org.br/ba/brotasdemacaubas/editais/>; diretamente na Prefeitura, setor de Licitações e contratos, situada na Praça dos Três Poderes, 95 - Brotas de Macaúbas/BA, CEP 47560-000, no horário 08h30min às 12h00min; 14h00min às 16h30min, de segunda a sexta-feira. Fone: (77) 3544-2153, ou através de e-mail setorjornal@gmail.com. Brotas de Macaúbas/Bahia, 14 de maio de 2021. ROBERTA RODRIGUES MENDES. Pregoeira Oficial

Mineração Carabá S/A CNPJ/MF nº 42.509.257/0001-13 - NIRE 29300019097
AVISO AOS ACIONISTAS
Comunicamos aos acionistas da Mineração Carabá S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Fazenda Carabá, s/n, CEP 48.960-000, no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Jaguarari, 11 de junho de 2021. MINERAÇÃO CARABÁ S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA FREITAS
AVISO DE ALTERAÇÃO DA DATA DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 007/2021-PRP Tipo/Critério de Julgamento: Menor Preço por valor global. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão, organização e de serviços técnicos na área de saúde, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Cipó. Sessão de abertura: 25/06/2021, às 09h00min. Local: Setor de Licitações, Praça Juracy Magalhães, S/N, Município de Cipó, Bahia, CEP 48.450-000. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, e LC 123/06. O Edital está disponível no endereço eletrônico: <http://www.doem.org.br/ba/cipo/editalis> ou no setor de licitações localizado no endereço supramencionado. Informações através do tel: (75) 3430-1023, e-mail: cipolicitacao@gmail.com Em: 15/06/2021 - Everson Costa Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2021-SRP O Pregoeiro do Município de Cipo/BA torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 024/2021-SRP Tipo/Critério de Julgamento: Menor Preço por valor global. Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gestão, organização e de serviços técnicos na área de saúde, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Cipo. Sessão de abertura: 25/06/2021, às 09h00min. Local: Setor de Licitações, Praça Juracy Magalhães, S/N, Município de Cipo, Bahia, CEP 48.450-000. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Lei 8.666/93, e LC 123/06. O Edital está disponível no endereço eletrônico: <http://www.doem.org.br/ba/cipo/editalis> ou no setor de licitações localizado no endereço supramencionado. Informações através do tel: (75) 3430-1023, e-mail: cipolicitacao@gmail.com Em: 15/06/2021 - Everson Costa Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021) - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2021 - O Pregoeiro toma público a licitação, class. Processo Administrativo nº 164/2021. Objeto: Aquisição de bens permanentes, veículos e ambulância para atender as necessidades das Secretarias do Município de Xique-Xique - BA, visando à manutenção de suas atividades. Menor Preço por Lote. Sessão de Abertura às 09h00min (nove horas) (horário de Brasília) do dia 28 de junho de 2021 e será realizada na forma eletrônica, por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores internet. O presente Pregão Eletrônico reger-se-á pela Lei 10.520/2000, pela Lei 13.979/2010, e pelo Decreto nº 10.024/2019, no âmbito do site <http://www.licitacoes-e.com.br>. Maiores informações através do Tel. (74) 3651-1298 das 08h00min. às 12h00min. e e-mail: licitacao@xiqueba.impresaficial.org.licitacoes-pregoes-comites/ Oberdan Alves da Costa - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA
CNPJ N.º 13.894.894/0001-52
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 013/2021
A CPL da PM torna público que realizará em sua sede no dia 29/06/2021 às 10h00min PE 013/2021, conforme autorização contida no PA 058/2021. Objeto: Evento: Registro de preços para aquisição de Ferramentas e Equipamentos para Mecânica para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras deste município de Boa Nova-BA. Através da plataforma www.bnc.org.br. Informações na P.M.B.N. Av. Nossa Senhora da Boa Nova, das 8h às 12h, tel: (77) 3433-2145, Boa Nova-BA, 15/06/2021-Mansraldo da R. Silva-Pregoeiro
CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021
A CPL da PM torna público que se acha aberto o Credenciamento nº 001/2021 às 10h00min. CHAMADA PÚBLICA - 001/2021, conforme autorização contida no PA 059/2021 - Regido pela lei 8.666/93. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar, diretamente da Agricultura Familiar, para o atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAAE no Município de Boa Nova-BA. T: (77) 3433-2145. Edital na sede. Divulgação dos demais atos do certame no Diário Oficial do Município: www.boaovaba.org.br. 15/06/2021. Mansraldo R. Silva-Presidente CPL
CREDECENCIAMENTO Nº 003/2021
A CPL da PM torna público que se acha aberto o Credenciamento 003/2021, conforme autorização contida no PA 060/2021 - Regido pela lei 8.666/93, no período de 15/06/2021 a 01/07/2021. Objeto: Credenciamento de MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, para serviços de pedreiro, pintor, armador, azulejista, calceteiro, encanador ou bombeiro hidráulico, servente e gessoeiro para atender as diversas secretarias deste Município. T: (77) 3433-2145. Edital na sede. Divulgação dos demais atos do certame no Diário Oficial do município: www.boaovaba.org.br. 15/06/2021. Mansraldo R. Silva-Presidente CPL

Tribuna

Mercado financeiro aumenta previsão da Selic para 4,25%

KELLY OLIVEIRA

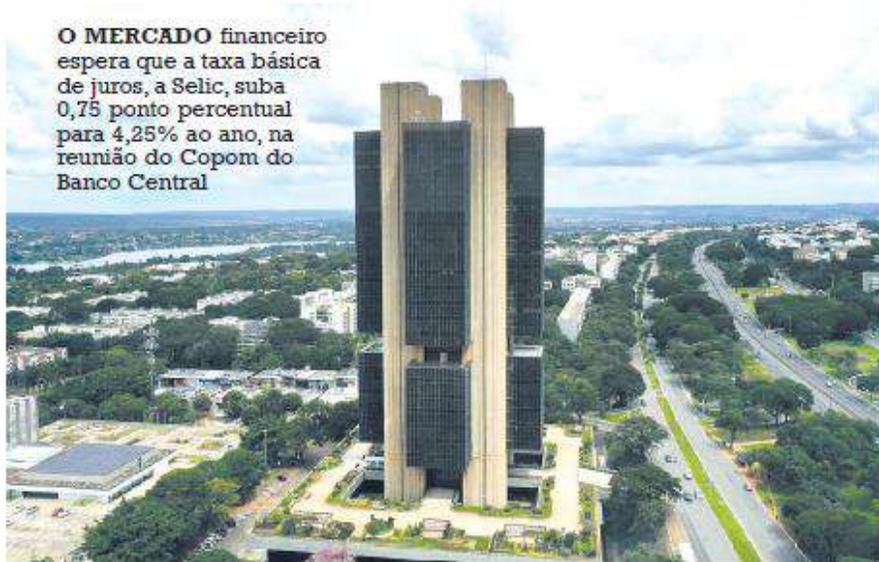
O mercado financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, suba 0,75 ponto percentual para 4,25% ao ano, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), marcada para esta hoje e amanhã, em Brasília. A expectativa está no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Atualmente, a Selic está em 3,5% ao ano, após o segundo aumento consecutivo, devido à alta da inflação no país.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic termine 2021 em 6,25% ao ano. A previsão da semana passada estava em 5,75% ao ano. Para o fim de 2022, 2023 e 2024, a estimativa é de que a taxa básica encerre estes períodos em 6,5% ao ano.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao

O MERCADO financeiro espera que a taxa básica de juros, a Selic, suba 0,75 ponto percentual para 4,25% ao ano, na reunião do Copom do Banco Central



reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão

sob controle e não correm risco de subir.

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 5,44% para 5,82%, na 10ª alta consecutiva.

A estimativa para 2021 supera o limite da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. O centro da meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de

3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior de 5,25%.

Para 2022, a estimativa de inflação foi ajustada de 3,70% para 3,78%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o índice é de 3,25%.

A previsão para o crescimento do PIB subiu de 4,36% para 4,85%.

Tribuna

Auxílio emergencial será prorrogado por 3 meses

ESTADÃO CONTEÚDO

O governo vai prorrogar o auxílio emergencial aos mais vulneráveis por mais três meses, informou ao Estadão/Broadcast o ministro da Economia, Paulo Guedes. Com isso, a ajuda voltada aos mais vulneráveis durante a pandemia de covid-19 será estendida até outubro, nos mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Hoje, o auxílio contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros.

Segundo Guedes, o Ministério da Saúde informou que toda a população adulta estará vacinada contra a covid-19 até outubro. Até que isso aconteça, o governo quer garantir a proteção dos vulneráveis, daí a necessidade da extensão do auxílio. O ministro ressaltou ainda que a política vem sendo conduzida pelo Ministério da Cidadania e a decisão final sobre a extensão é do presidente Jair Bolsonaro.

O Estadão / Broadcast apurou com técnicos do governo que, para bancar a prorrogação, deve ser aberto um crédito extraordinário de cerca de R\$ 20 bilhões. O número final ainda está sendo refinado a partir dos dados dos pagamentos realizados em junho.

O valor vai reforçar os cerca de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa e que não foram usados porque o número de famílias na nova rodada ficou abaixo do inicialmente projetado. Cada parcela tem tido um custo ao redor de R\$ 9 bilhões mensais.

O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação. A extensão da ajuda a vulneráveis é uma forma de manter a assistência às famílias enquanto a imunização da população contra a covid-19 ainda avança nos Estados e também evita um "vácuo" até o lançamento da nova política social permanente do governo.

No desenho atual, a última parcela é prevista para julho deste ano. No entanto, fontes do governo já reconheciam nas últimas semanas que "alguma prorrogação é razoável", dado que o número de casos e óbitos pela doença parou de cair. Além disso, a extensão da ajuda dará maior conforto até a vacinação mais ampla da população. A prorrogação deve ocorrer por medida provisória. A necessidade de uma PEC para isso, aventada anteriormente, perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto.

Plataformas crescem e disputam dinheiro de investidor

ESTADÃO CONTEÚDO

Com um impulso dos juros baixos aumentando rapidamente a base de investidores no Brasil, as plataformas de investimento - corretoras digitais que funcionam como um marketplace de fundos, ações, renda fixa e investimentos alternativos - entram em uma corrida para garantir um lugar ao sol em um mercado que promete mais que dobrar de tamanho em poucos anos. Uma projeção do banco Morgan Stanley, considerada conservadora, é de que esse mercado poderá superar R\$ 160 bilhões em receitas até 2025.

Com um mercado em franca expansão, a face atual mais visível dessa briga envolve XP e BTG Pactual, que vêm disputando escritórios de agentes autônomos - aqueles vinculados a determinada plataforma e responsáveis por indicar investimentos aos clientes. Mas há outras movimentações que mostram as mudanças nesse mercado, como o IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) da corretora Modalmais, e uma grande expectativa sobre os passos do maior banco digital do mundo, o Nubank, que comprou no ano passado a corretora Easynvest.

Hoje, o mercado de in-

vestimentos no País supera os R\$ 70 bilhões anuais, segundo estimativas do setor. Mas, mesmo com o crescimento das plataformas, os grandes bancos (Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Caixa) concentram 80% dos recursos sob custódia no País. Essa concentração já foi maior: em 2019, esses bancos tinham 91% do mercado.

Fora esse montante, há ainda cerca de R\$ 1 trilhão na caderneta de poupança, dinheiro fora do mundo digital e que salta aos olhos dos entrantes nesse mercado. Segundo o estudo do Morgan Stanley, elaborado em 2020, há cerca de 40 corretoras digitais no Brasil.

"A combinação de ferramentas de autoatendimento fáceis de usar, taxas menores, requisitos mais baixos de investimento e uma oferta mais robusta de produtos permitiu que novos participantes desenvolvessem mais ofertas mais atraentes e completas", diz o relatório do Morgan Stanley.

O crescimento desse mercado, na visão do banco americano, terá suporte nos próximos anos tanto na migração de investimentos para ativos de maior risco, tal como bolsa de valores e outros produtos, quanto no crescimento maior das plataformas em relação ao restante do mercado.

COMÉRCIO

Restrições prejudicam vendas no São João

REBECA FERREIRA
ESTAGIÁRIA

A tradicional festa nordestina, o São João vai ser cancelada pelo segundo ano consecutivo devido a pandemia de Covid, o que vai ocasionar perdas na cadeia produtiva da festa de muitas cidades do interior. Aqui na Bahia municípios como, Amargosa, Cruz das Almas, Camaçari recebem milhares de turistas, que ajudam a impulsionar a economia nessa época do ano. Para quem trabalha com produtos típicos, o São João é a oportunidade de ganhar um dinheiro extra.

Devido ao cancelamento, haverá muitas mudanças no comércio que costuma ser bastante movimentado neste período. Em março de 2020, quando se instaurou a pandemia, Salvador sofreu uma queda efetiva de venda em mais de 70%, segundo informa o presidente do sindicato dos lojistas e dos comerciantes de Salvador, Paulo Mota.

"As dificuldades na questão dos transportes intermunicipal, para que as pessoas possam se deslocar da capital para o interior tem uma repercussão muito forte no movimento econômico referente ao São João. Estamos tendo cautela para não gerar custos excepcionais para as lojas, vamos observar como vai ser de fato o comportamento do consumidor de Salvador, por que estamos perdendo consumidor que vem de todo o estado para realizar compra principalmente nos segmentos de sapatos, confecções e adereços", relata o presidente.

A ausência dos festejos



SHOPPING

Restrições no horário de funcionamento dos estabelecimentos limitam vendas

juninos prejudicam também as vendas nos shoppings centers da cidade, que devido a operação com restrições, perderam R\$ 4 bilhões em vendas no período pandêmico.

Para o presidente da Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce), Edson Piaggio, o que mais prejudica na vendas são as limitações com as quais os shopping funciona: "o que reivindicamos é a autorização para que possamos operar em nossa plenitude, haja vista está sempre presente a relação entre vendas e horas de funcionamento".

No São João, os produ-

tos mais vendidos são vestuário e calçados. Devido às restrições no funcionamento, as vendas destes caíram em torno de 30% se comparado com o ano de 2019.

Edson ainda reitera a respeito da parceria da Abrasce com o hospital Sírio Libanês, no qual elaboraram um Protocolo visando oferecer nos Shopping Centers um ambiente seguro do ponto de vista Sanitário, atendendo todas as exigências emanadas das autoridades.

COMÉRCIO LOCAL

Os comerciantes locais não andam muito esperan-

çosos com os lucros nesse período junino, segundo o responsável da rede de supermercados Mix Bahia do bairro da Boca do Rio, Robson Andrade.

Houve uma queda de 80% nas vendas dos produtos juninos. Neste ano, só foram comprados apenas um fardo com 100 unidades de milho, produto mais vendido no estabelecimento. Nos anos anteriores, as vendas chegavam a mais de 10 fardos. O dono do estabelecimento conta que tomou essa decisão por precaução já que o movimento no mercado está fraco.

Veículo: Política Livre	
Data: 15.06.2021	Caderno: Economia

15 de junho de 2021 | 09:52

Rui pede à AL-BA para prorrogar estado de calamidade pública até 31 de dezembro

BAHIA

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), enviou à Assembleia Legislativa um pedido de prorrogação do estado de calamidade pública no estado até 31 de dezembro.

Na mensagem ao presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), publicada no Diário Oficial do Legislativo desta terça-feira (15), o governo afirma que “a 2ª Onda da COVID-19, cujos efeitos vêm sendo experimentados com crescimento das taxas de contaminação, adoecimento e morte, ainda impõe gravidade a este momento”.

O texto destaca ainda que “houve a necessidade de manter medidas de proteção da população contra o vírus, mediante redução de interações sociais, fechamento temporário de estabelecimentos comerciais, com a consequente manutenção dos trabalhadores em suas residências”.

Relatores da reforma da tributária serão definidos esta semana, adianta

Lira



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), utilizou as redes sociais para comentar o andamento da reforma tributária. Segundo ele, os relatores da proposta serão definidos ainda esta semana, de forma simultânea na Câmara e no Senado, em acordo com o presidente Rodrigo Pacheco (DEM).

Lira disse ainda que vai se reunir nesta semana com líderes partidários e com integrantes da equipe econômica do governo para tratar da reforma, em especial nas questões relacionadas ao imposto de renda.

De acordo com o presidente da Casa, o texto da reforma tributária será aquele possível e não deverá ser grande, mas que melhorará o sistema de cobrança e de **arrecadação** de tributos no país.

Em maio, após extinguir a comissão especial que tratava do tema, Lira disse que a reforma iria tramitar de maneira fatiada e contaria com três ou quatro relatores. Com o fatiamento, a expectativa é de que os temas que tratam de impostos sobre a renda e o consumo sejam debatidos pela Câmara, e o passaporte tributário vai para o Senado. A previsão é que os dois temas sejam discutidos em cada Casa por 30 a 60 dias.

A comissão especial da reforma tributária foi extinta por Lira sob o argumento de estouro de prazo. Segundo ele, os trabalhos da comissão expiraram há um ano e meio e o encerramento evitaria contestações judiciais no futuro.

Mesmo com a extinção dos trabalhos do colegiado, que reuniu deputados e senadores, o relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou seu parecer sobre o tema.

A decisão de Lira foi tomada em um momento de divergência entre o governo e a comissão mista. A equipe econômica queria uma proposta de reforma tributária fatiada, em que temas específicos fossem votados à medida em que houvesse acordo.

O fatiamento da reforma também já era defendido pelo presidente da Câmara, com o argumento de que iria facilitar a tramitação da proposta. Ribeiro, entretanto, apresentou um relatório no qual propôs a unificação de cinco tributos no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS),

texto considerado amplo pelo governo.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação

Shoppings e salões de beleza estudam ir à Justiça para indenização por fechamentos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Donos de salões de beleza e shoppings centers preparam ações para pedir reparação a governos e municípios pelas perdas sofridas com medidas restritivas de funcionamento durante a pandemia.

O movimento segue a mesma linha de bares e restaurantes, que decidiram entrar na Justiça pelo mesmo motivo. A ação foi encabeçada pela Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes), responsável por ações civis públicas em 26 estados e o Distrito Federal, além de 275 municípios onde a entidade possui estabelecimentos associados (leia mais aqui).

Segundo José Augusto Santos, presidente da ABSB (Associação Brasileira do Salões de Beleza), o setor enfrentou agravante porque não tiveram possibilidade de delivery. As informações são da Folha de S. Paulo.

"Não quer dizer que somos contra os fechamentos, em hipótese alguma. Entretanto, governos e prefeituras precisam arcar com a perda de faturamento", disse José Augusto.

Ainda segundo o presidente, a associação não pretende incluir o governo federal por causa do lançamento de programas na pandemia, a exemplo de redução de jornada e corte de salários.

Os shoppings analisam o movimento para pedir indenizações. A Abrasce (Associação Brasileira de Shoppings Centers) questiona o pagamento de impostos como IPTU e **ICMS** durante o período de fechamento, em que os estabelecimentos foram proibidos de funcionar.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 15/06/2021	Coluna: Economia



CÂMARA VOTA HOJE MP QUE SIMPLIFICA ABERTURA DE EMPRESAS



[admin](#) 15 Junho, 2021

A Câmara dos Deputados pode votar nesta terça-feira (15) a Medida Provisória 1040/21, que elimina exigências e simplifica a abertura e o funcionamento de empresas, buscando melhorar o chamado “ambiente de negócios” no País. A sessão deliberativa remota do Plenário está marcada para as 15 horas.

Uma das inovações da MP é a emissão automática, sem avaliação humana, de licenças e alvarás de funcionamento para atividades consideradas de risco médio.

Segundo o parecer preliminar do relator, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), em vez da validade indeterminada prevista no texto original, as licenças e alvarás serão válidos enquanto atendidas as condições e requisitos de sua emissão.

Uma lista do comitê gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) classifica em médio risco, no âmbito federal, atividades como comércio atacadista de vários tipos de alimentos de origem vegetal e animal; hotéis; motéis; transporte de cargas de produtos não sujeitos à vigilância sanitária; educação infantil; ou atividades médicas sem procedimentos invasivos.

Para ter acesso a essa licença, o empresário deverá assinar termo de ciência e responsabilidade legal quanto aos requisitos exigidos para o funcionamento e o exercício das atividades, como cumprimento de normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio.

Mais vacinas

Também na pauta, o Projeto de Lei 1343/21, do Senado Federal, permite ao governo autorizar fábricas de vacinas veterinárias a produzir vacina contra a Covid-19.

O texto estabelece que as empresas terão de cumprir exigências de biossegurança e normas sanitárias, além de realizar todo o processo de produção até o armazenamento em dependências fisicamente separadas daquelas usadas para produtos de uso veterinário.

O parecer preliminar da relatora, deputada Aline Sleutjes (PSL-PR), incluiu entre as prioridades de análise da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) os pedidos de regularização para que os

estabelecimentos realizem a fabricação do insumo farmacêutico ativo (IFA) da vacina contra a Covid-19.

Leitos militares

Também poderá ser votado o Projeto de Lei 457/21, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que possibilita o atendimento de civis em hospitais militares durante a pandemia de Covid-19.

Segundo o texto, os hospitais militares deverão cooperar com as autoridades civis, liberando para uso pelo Sistema Único de Saúde (SUS) os leitos ociosos quando a capacidade hospitalar da região estiver esgotada.

Debêntures de infraestrutura

Os deputados podem analisar ainda o Projeto de Lei 2646/20, do deputado João Maia (PL-RN) e outros, que permite às concessionárias de serviços públicos emitirem debêntures de infraestrutura para captar recursos a serem destinados a projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Segundo o texto, quem comprar os títulos será tributado em 25% de imposto de renda sobre os lucros obtidos se for residente no Brasil. A empresa emissora poderá descontar da base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os juros pagos aos compradores, além de excluir um adicional de até 50% dos juros se o dinheiro for usado em projetos certificados de desenvolvimento sustentável, como energia renovável, prevenção e controle de poluição e conservação da biodiversidade terrestre e aquática.

Foto: assessoria



Brasileiro ignora restrição à mobilidade, e combustíveis desconhecem crise

Fernanda Nunes

14 de junho de 2021 | 18h30

Mercado de combustíveis automotivos continua crescendo apesar de restrições de mobilidade

Em mais uma prova de que o brasileiro ignorou as restrições à **mobilidade** em decorrência da **pandemia**, o mercado de **combustíveis** automotivos continua crescendo. A empresa de informações sobre **energia** e commodities S&P Global Platts projeta crescimento moderado na demanda por **gasolina** e **etanol** no País este ano. Já o abastecimento de **óleo diesel** avançou tanto em 2021, que está sendo garantido com importações. Isso mesmo num momento de crise econômica e alta dos preços internacionais.



Reflexos tributários da cessão de créditos judiciais

Lucas Martini de Aguiar*

15 de junho de 2021 | 10h00

Hoje é possível afirmar que o mercado de ‘créditos judiciais’ já é visto no Brasil como uma interessante alternativa de investimento. Naturalmente, quando comparado a outros países em que o segmento já é consolidado há mais tempo, o mercado brasileiro ainda é incipiente, mas o volume de negociações tem crescido significativamente.

Uma das possíveis explicações é a redução da taxa de juros no país, que impulsionou o interesse dos investidores na diversificação de suas aplicações e direcionamento de recursos a alternativas com potencial de maior rentabilidade.

No caso de créditos vinculados a processos judiciais, a cessão onerosa costuma ser celebrada (i.) quando já há uma decisão judicial transitada em julgado; ou (ii.) quando o processo judicial ainda está em curso. Em razão das particularidades e riscos envolvidos, esses cenários implicam condições negociais distintas, sobretudo no que tange ao deságio verificado em relação ao ‘valor nominal’ do crédito judicial.

As disputas judiciais em que a contraparte é um ente público costumam atrair maior interesse dos investidores, dado que teoricamente o risco de inadimplemento do pagamento da dívida é mitigado. O exemplo mais atual se refere ao crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins, em linha ao recente julgamento do RE 574.706 pelo STF.

Em certa medida, é possível dizer que esse tipo de transação pode representar uma relação “ganha-ganha”. Isso porque, consiste em uma alternativa para o reforço de

caixa e conseqüente liquidez para o titular do crédito judicial cedido, viabilizando a antecipação da disponibilidade financeira dos valores a que fazia jus, ainda que para tanto venha a assumir o ônus de um deságio significativo.

Já o investidor, por sua vez, desde que devidamente amparado por uma análise de auditoria jurídica qualificada, terá adquirido o crédito por um valor consideravelmente inferior ao retorno que será posteriormente obtido, seja por meio de uma nova cessão onerosa ou pelo próprio recebimento do crédito judicial.

Dentre as implicações jurídicas dessas operações, os reflexos tributários demandam a análise detida de algumas questões importantes, como, por exemplo, aquelas relacionadas (i.) à tributação da operação pelo cedente; (ii.) à dedutibilidade fiscal do deságio pelo cedente; e (iii.) ao risco de reconhecimento e tributação do deságio, pelo cessionário, quando da aquisição dos créditos judiciais.

Como ponto de partida, cumpre ter em mente que é indispensável a análise caso a caso de alguns elementos, especialmente relacionados à opção adotada pelo cedente em relação à forma e ao momento de reconhecimento da receita correspondente ao 'crédito judicial' (para fins contábeis e fiscais), sobretudo em razão de questões como a definitividade do valor (especialmente nos casos de medidas judiciais em curso), a liquidez e a certeza do crédito judicial.

Assumida a análise cuidadosa dessas premissas, tratando-se da alienação de um ativo (direito creditório), os valores recebidos pelo cedente estão sujeitos à tributação na forma de ganho de capital, desde que a cessão de créditos não esteja albergada nas atividades operacionais desenvolvidas pelo contribuinte.

Nesse caso, a determinação do ganho ou da perda de capital terá por base o valor contábil do bem. Caso o crédito judicial já tenha sido contabilmente reconhecido, o provável é que isso tenha ocorrido pelo seu 'valor de face'. Por conseguinte, a rigor, não haverá ganho de capital tributável por IRPJ e CSLL, dado que a operação costuma ser realizada com deságio.

Um alerta específico é válido para a tributação da operação por PIS/Cofins, cuja incidência deverá observar o regime adotado pelo contribuinte (cumulativo/não-cumulativo) e a avaliação quanto ao eventual enquadramento do resultado da operação como venda de um ativo não-circulante, que é isenta dessas contribuições.

Ainda sob a perspectiva da cedente, o fato de a operação ser celebrada com deságio também demanda avaliar se esse prejuízo é ou não uma despesa dedutível para fins tributários, o que é relevante para contribuintes optantes pelo Lucro Real.

Caso o 'crédito a receber' já tenha sido reconhecido pelo regime de competência, a rigor, já houve a tributação da receita correspondente, no respectivo período de apuração, pelo IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. Cumpre ressaltar a hipótese de eventuais 'créditos judiciais' não tributáveis, o que pode ou não ocorrer no caso de indébitos tributários (cf. ADI SRF n.º 25/2003).

Sem prejuízo, considerando a premissa de que o crédito judicial foi oportunamente tributado à época de seu reconhecimento, a dedutibilidade fiscal do deságio é inquestionável, por viabilizar a neutralização desse efeito tributário pretérito sobre a parcela da renda tributada que não se materializou.

Ademais, a dedutibilidade fiscal do deságio também pode ser justificada com fundamento na regra geral de que a despesa precisa ser necessária e usual/normal (art. 47 da Lei n.º 4.506/64). Para tanto, a necessidade da despesa pode ser analisada imediatamente em função da transação a que ela se refere, e apenas mediatamente em relação à atividade empresarial.

No caso dos créditos judiciais, a rigor, o montante equivalente ao deságio corresponde a um desconto/abatimento sobre o valor nominal dos créditos da empresa cedente, constituindo uma despesa necessária para a concretização da operação e recebimento dos rendimentos correspondentes, ainda que parcialmente. Existem precedentes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e do antigo Conselho de Contribuintes que corroboram a esse raciocínio.

Já sob a perspectiva do cessionário, que passa a ser o titular do crédito judicial, cumpre avaliar se há algum efeito tributário imediato, decorrente da aquisição do crédito judicial com deságio (aqui cumpre a ressalva às empresas dedicadas às atividades de factoring/securitização, que demandam uma análise específica).

De forma objetiva, a operação reflete simplesmente a aquisição de um ativo. O ‘ganho’ decorrente da aquisição com deságio só repercutirá efeitos tributários quando efetivamente realizado (mediante nova cessão a terceiro; ou efetivo recebimento do crédito). É possível avaliar a conveniência de algumas providências preventivas por parte do cessionário – visando a mitigação de riscos tributários – como a contratação de laudo de avaliação a ‘mercado’ do crédito judicial.

De forma resumida, essas são algumas reflexões tributárias vinculadas a esse ‘novo’ segmento que tende a ser cada vez mais relevante no Brasil. Muitas outras questões demandam uma análise jurídica cuidadosa, sobretudo nos casos em que a operação envolve estruturas mais complexas, como fundos de investimento.

***Lucas Martini de Aguiar, sócio da área tributária do escritório Huck Otranto Camargo Advogados. Mestrando em Direito Tributário pela USP**



Escassez. Lago da represa da hidrelétrica de Ilarimbonde, no interior de São Paulo, praticamente sem água. Consumidor terá de pagar sobretaxa ainda maior na conta de luz pelo acionamento de termelétricas

SOBRETAXA NA CONTA DE LUZ

BANDEIRA VERMELHA TERÁ ALTA DE MAIS DE 20%

Custo maior de geração de energia já causa rombo de R\$ 1,5 bilhão

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@b1b.globo.com.br
BRASIL

As contas de luz devem ficar mais caras neste ano, diante da pior crise hídrica na região das hidrelétricas dos últimos 91 anos e do acionamento de usinas termelétricas para garantir o fornecimento de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai aumentar os valores das bandeiras tarifárias, uma sobretaxa que é acionada quando o custo da geração de energia sobe. O patamar mais alto desse sistema deve subir mais de 20%. A conta das bandeiras já registra um rombo de R\$ 1,5 bilhão neste ano.

Em entrevista ao GLOBO, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que os valores

ainda não foram definidos, mas a decisão será tomada nas próximas semanas. A bandeira tarifária é um adicional cobrado nas contas de luz para cobrir o custo da geração de energia por termelétricas, o que ocorre quando o nível dos reservatórios das hidrelétricas está muito baixo.

O mecanismo também serve para o consumidor ficar ciente do custo da geração de energia, ao dividir o sistema em três cores: verde, amarela e vermelha (que tem dois patamares). A previsão de analistas é manter a bandeira vermelha 2 até novembro, quando tem início o período de chuvas.

— Como vamos estar com todas as térmicas funcionando, o que a agência está fazendo agora é definindo qual é o

COMO FUNCIONA A COBRANÇA

BANDEIRA VERDE

Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo.



BANDEIRA AMARELA

Condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

BANDEIRA VERMELHA PATAMAR 1

Condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,16 para cada 100 kWh.

BANDEIRA VERMELHA PATAMAR 2

Condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 6,24 para cada 100 kWh.

Saldo da conta das bandeiras tarifárias: **-R\$ 1,5 bilhão**

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Editoria de Arte

valor que vai ser estabelecido para cada patamar da bandeira. E, com certeza, vai ser maior que hoje. A bandeira vermelha patamar 2 hoje está em R\$ 6,24. Esse valor vai ser maior porque o universo de térmicas

que vai ser acionado agora é grande e vai funcionar até dezembro — disse Pepitone.

Será o primeiro reajuste nos valores das bandeiras desde 2019. Os valores foram mantidos em 2020 e a

bandeira verde foi acionada de junho a novembro.

— Nós sabemos que vamos ter que usar bastante térmica e, com isso, vai encarecer a tarifa. Porque tem que se pagar essas térmicas. Certamente os novos valores dessas bandeiras vão ser maiores que os praticados hoje. Nós estamos aplicando o modelo para estabelecer esses valores — afirmou o diretor.

Em março, antes de acrire ficar clara, a Aneel abriu consulta pública para reajustar as bandeiras e chegou a sugerir novos valores. Pepitone disse, por outro lado, que os números serão ainda maiores do que os sugeridos no início do ano.

Hoje, é cobrado R\$ 1,34 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos na bandeira amarela; R\$ 4,16 na ban-

deira vermelha 1; e R\$ 6,24 na vermelha 2. A Aneel chegou a sugerir que a bandeira vermelha 2 subisse para R\$ 7,57, mas esse valor será ainda maior. Portanto, a alta da bandeira vermelha será superior a 20%.

O diretor da Aneel negou a possibilidade de ser criada uma nova cor para as bandeiras, com cobrança acima da vermelha 2.

CONSUMO CONSCIENTE

Neste ano, a conta das bandeiras já está com um rombo de R\$ 1,5 bilhão. Todo o dinheiro arrecadado com a sobretaxa vai para uma conta única, que repassa os valores para os geradores de energia. Mas o valor arrecadado a mais ainda não está dando conta de cobrir o custo adicional. Os dados da Aneel vão até abril, quando era aplicada a bandeira amarela. Depois de abril, a geração por termelétricas aumentou e atingiu recordes. E também foi acionada a bandeira vermelha.

— Agente precisa corrigir o valor do patamar das bandeiras justamente para que não haja esse descasamento. Esses valores que estão sendo praticados hoje foram estabelecidos lá atrás. O maior despacho térmico (uso de energia) neste ano encarece a conta. Então vou ter que atualizar esses valores para que a gente possa fazer frente aos custos. Isso significa dizer que vai subir o valor dos patamares — disse Pepitone.

A Aneel defende as bandeiras porque, sem ela, todo o custo extra seria repassado aos consumidores apenas no ano seguinte, com valores corrigidos. Ou seja, o consumidor acabava pagando juros, o que não ocorre com o acionamento das bandeiras tarifárias.

— Esse custo vai ser pago, não interessa quando. A bandeira permite que isso seja pago agora — disse Pepitone, acrescentando: — É um sinal claro para a população que estamos na pior crise hídrica dos últimos 91 anos, que não tem água, e que todo o parque térmico será utilizado. Isso tem um custo associado e esse custo será representado pelas bandeiras. O lado positivo disso é que o consumidor não precisará pagar a atualização desse valor no reajuste tarifário da distribuidora no próximo ano.

Pepitone afirmou ainda que a Aneel fará uma campanha para o "uso consciente" de energia e de água:

— Nós estamos programando uma campanha de uso racional de água e energia. Isso já foi feito pela agência em 2015 e 2017.

Previsão de inflação sobe em razão da crise hídrica

Economistas avaliam que IPCA pode fechar o ano acima de 6% e estimam impacto da energia mais cara para indústria e serviços

CAROLINA NALIN
carolina.nalin@floglobo.com.br

O agravamento da situação hídrica tem levado especialistas a revisarem as expectativas de inflação para 2021 e a preverem novos impactos sobre a atividade econômica em razão do encarecimento no custo da energia elétrica. Dados do IBGE mostram que os preços da energia residencial estão subindo acima da

inflação anual desde 2017, e há expectativa de que o item encerre o ano com a mesma trajetória. Na prática, além da conta de luz ficar mais alta, o item tende a pressionar segmentos da indústria e serviços, cuja retomada é esperada com maior intensidade no segundo semestre.

O coordenador do índice de preços da FGV, André Braz, revisou de 5,8% para 6,3% a projeção para o IPCA de 2021,

considerando a possibilidade de manutenção da bandeira vermelha nível 2 até o fim do ano e com a expectativa de reajuste médio de 7% pelas distribuidoras de energia.

— Para a indústria, é mais um desafio porque ela é grande consumidora de energia e já está lidando com o aumento dos preços das matérias-primas e da taxa de juros — diz Braz. — Os serviços também vão sofrer nessa retomada.

3,5%

É a meta para o IPCA em 2022

Analistas avaliam que inflação de energia será quase o dobro desse patamar no próximo ano

Um salão de beleza é intensivo em energia, assim como um consultório que usa máquina para esterilizar instrumentos. É um custo a mais para o setor

de serviços, uma dificuldade adicional.

Andrea Damico, economista-chefe da Amor Capital, revisou a projeção de IPCA de 5,9% para 6,2% este ano por causa da energia, podendo chegar a 6,5% em razão da elevação de preços dos bens industriais. Ela diz que o custo maior da energia pode dificultar o manejo da inflação para o centro da meta em 2022:

— Estamos oscilando entre

6% e 7% para a inflação de energia no ano que vem, quando a meta de inflação é 3,5%. É quase o dobro da meta e é um item importante, traz certo risco junto com a inércia que a inflação de 2021 carrega.

Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos, revisou a projeção do IPCA em 2021 de 5,3% para 6%, com contribuição de 0,2 ponto percentual da energia elétrica, considerando a bandeira vermelha 1 no fim do ano:

— Há aumento de custo que será repassado ao consumidor. O problema é se entrarmos em um racionamento como em 2001. Há uma luz amarela acesa e estamos monitorando.

Guedes confirma que auxílio terá mais 3 parcelas

Segundo ministro, ideia é que benefício só seja encerrado com toda população adulta vacinada, o que ocorreria em outubro. Na semana passada, Saúde reduziu previsão de doses para junho, o que pode impactar cronograma

MANOEL VENTURA
E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou ontem ao GLOBO que a renovação do auxílio emergencial deve chegar a três meses, embora essa decisão ainda precise ser confirmada pelo ministro da Cidadania, João Roma, e pelo

presidente Jair Bolsonaro. A ideia, explicou, é que o auxílio seja encerrado com toda população adulta vacinada. Esse cenário, de acordo com o Ministério da Saúde, poderia ser alcançado em outubro, disse Guedes.

Na semana passada, o ministro mencionou em declarações públicas que o benefício poderia ser estendido por dois ou três meses, dependen-

do do ritmo de vacinação no país. Nos últimos dias, governadores e prefeitos têm antecipado os seus calendários de vacinação. De acordo com o consórcio de veículos de imprensa, mais de 54,6 milhões de pessoas tomaram a primeira dose de vacinas contra a Covid no Brasil, o que corresponde a 25,79% da população. Já a segunda dose foi aplicada em mais de 23 milhões, o

que representa mais de 11% da população. O Ministério da Saúde reduziu no último dia 10 a estimativa de distribui-

Guedes.
Prorrogação do auxílio depende do ritmo de imunização



ADRIANO MACHADO/REUTERS

ção de doses para junho, o que pode impactar o cronograma de imunização.

Para prorrogar o auxílio, o governo deve editar um crédito extra de cerca de R\$ 20 bilhões. Esse valor vai se somar a cerca de R\$ 7 bilhões disponíveis dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa.

Mesmo antes de o governo publicar a

MP prorrogando o auxílio, a Caixa Econômica Federal já trabalha com o novo calendário. O objetivo é que os pagamentos continuem em agosto, para nascidos em janeiro. O cronograma deverá se estender até novembro, considerando o crédito em conta poupança e saque dos recursos. Para os beneficiários do Bolsa Família, o calendário será mantido.

Economia volta ao nível pré-Covid, mostra prévia do PIB

Com alta de 0,44% em abril, atividade está levemente acima do patamar de fevereiro de 2020. IBC-Br tem alta de 4,77% no ano

GABRIEL SHINOHARA
gabriel.shinohara@bcb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Depois de registrar queda de 1,6% em março, a atividade econômica reagiu em abril. De acordo com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado ontem, a economia expandiu

0,44% no mês ante o mês anterior.

O resultado ficou abaixo das estimativas do mercado — na média, os analistas previam alta de 1,3%. Mas, com o ligeiro avanço em abril, a atividade econômica está agora 0,2% acima do patamar de fevereiro de 2020, ou seja, de antes da

pandemia da Covid-19, estima Alberto Ramos, economista do Goldman Sachs.

Considerado a prévia do PIB, o IBC-Br acumula alta de 4,77% nos quatro primeiros meses do ano, na comparação com mesmo período de 2020. No acumulado de 12 meses até abril, o IBC-Br cai 1,2%.

O índice de abril refletiu

as altas de 1,8% no varejo e 0,7% nos serviços, estimuladas pela flexibilização do isolamento e pelo pagamento do auxílio emergencial. Esse movimento foi suficiente para compensar a queda de 1,3% na produção industrial.

Luana Miranda, economista da GAP Asset, ressaltou que,

apesar do resultado ter vindo abaixo das expectativas para o mês, a projeção para o segundo trimestre é de um crescimento maior do que nos primeiros três meses do ano.

— Tenho acompanhado bastante os indicadores de maio e junho e nada aponta para desaceleração.

André Muller, economis-

ta-chefe da AZ Quest, concorda e pontua que o resultado de abril aumentou as chances de um PIB positivo no segundo trimestre.

As expectativas de crescimento para o ano vêm melhorando ao longo das semanas, principalmente depois que o IBGE divulgou a alta de 1,2% no PIB no primeiro trimestre. De acordo com o relatório Focus, que reúne as expectativas de especialistas do mercado, o país deve crescer 4,85% em 2021. Há um mês, a alta esperada era de 3,45%.

Acordo sobre imposto global pode garantir R\$ 5 bi ao Brasil

Jornal britânico, porém, avalia que há poucas chances de proposta vingar

NO LONDRES

Se a taxa mínima global de 15% para multinacionais (em especial Google, Facebook, Apple e Amazon), apoiada pelo G-7, fosse aplicada este ano, a arrecadação de muitos países aumentaria. O Brasil, por exemplo, obteria € 900 milhões, ou R\$ 5,57 bilhões, segundo estudo feito pelo Observatório de Tributação da União Europeia (UE).

Os valores, porém, são considerados modestos frente à arrecadação habitual. No caso do Brasil, representariam 4% dos R\$ 137,9 bilhões arrecada-

Projeções do Observatório de Tributação da UE

- > **EUA:** € 40,7 bilhões (R\$ 252 bilhões)
- > **Canadá:** € 16 bilhões (R\$ 99 bilhões)
- > **Alemanha:** € 5,7 bilhões (R\$ 35 bilhões)
- > **China:** € 4,5 bilhões (R\$ 27,8 bilhões)
- > **França:** € 4,3 bilhões (R\$ 26 bilhões)
- > **Brasil:** € 900 milhões (R\$ 5,57 bilhões)
- > **Espanha:** € 700 milhões (R\$ 4,3 bilhões)

dos pela União em março. Por isso, o Observatório defende uma taxa mínima de 25%.

O acordo apoiado pelo G-7 tem dois pilares: a alíquota de 15% e taxar as empresas também nos países onde vendem produtos e serviços, e não apenas nos de suas sedes —mirando as *big techs* americanas.

Já os impostos corporativos locais continuariam sendo definidos por cada país. No caso de multinacionais, se a empresa for tributada por uma alíquota inferior no país onde o lucro foi apurado (um paraíso fiscal onde abriu sua sede, por exemplo), o país de origem po-

INFLAÇÃO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INFLACAO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/inflacao))

Classe média sente mais o peso da inflação neste ano

Preços subiram 3,46% para esse grupo até maio. Em 12 meses, mais pobres sofrem impacto maior, diz Ipea

14.jun.2021 às 18h49

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Leonardo Vieceli (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/leonardo-vieceli.shtml>)

RIO DE JANEIRO Ao longo deste ano, as famílias da classe média sentiram o maior impacto da alta de preços de produtos e serviços no país. De janeiro a maio, a inflação subiu 3,46% para esse grupo, cuja renda domiciliar é calculada entre R\$ 4.127,41 e R\$ 8.254,83 por mês.

O avanço é o maior entre as seis faixas de rendimento analisadas pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo com dados até maio foi divulgado nesta segunda-feira (14).

O resultado reflete uma combinação de recentes aumentos em produtos e serviços com grande peso na cesta de consumo da classe média, diz Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/classe-media-sente-mais-o-peso-da-inflacao-neste-ano.shtml>

Economia cresce 0,44% em abril, abaixo das expectativas do mercado, diz BC

Nos quatro primeiros meses deste ano, setor produtivo acumula alta de 4,77%

14.jun.2021 às 9h39

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Larissa Garcia (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/larissa-garcia.shtml>)

BRASÍLIA Depois de registrar queda em março

([https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/economia-encolhe-159-em-marco-com-agravamento-da-pandemia-diz-](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/economia-encolhe-159-em-marco-com-agravamento-da-pandemia-diz-indicador-do-bc.shtml)

[indicador-do-bc.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/economia-encolhe-159-em-marco-com-agravamento-da-pandemia-diz-indicador-do-bc.shtml)), a economia voltou a crescer em abril. De acordo com o indicador IBC-Br do BC (Banco Central), que mede o desempenho da atividade econômica, houve alta de 0,44% no mês. Os dados divulgados nesta segunda-feira (14).

O resultado, entretanto, ficou abaixo das expectativas de economistas consultados pela Reuters, que previam alta de 0,55%.

Em março deste ano, mês marcado por novas rodadas de lockdowns em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, a economia encolheu 1,6%, segundo o indicador.

Em relação a abril do ano passado, pior mês da série histórica, a atividade cresceu 15,92%. No acumulado dos últimos 12 meses, no entanto, a atividade caiu 1,20%.

Nos quatro primeiros meses deste ano, o setor produtivo acumulou crescimento (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/economia-cresce-17-em-fevereiro-diz-banco-central.shtml>) de 4,77%.

O número é calculado com ajuste sazonal, que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis, para facilitar a comparação com outros períodos. Os dados podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série passa por revisões frequentes.

Após o início da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, que foi novamente impactado com os novos lockdowns.

Em março do ano passado, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,90% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a última revisão, a variação foi para queda de 4,50%.

O pior resultado foi registrado em abril de 2020, quando a economia caiu 9,73% (9,49% com revisão), nível mais baixo desde outubro de 2006 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador do BC leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas

Governo pagará mais três meses de auxílio emergencial, diz Guedes

Programa será prorrogado até outubro e deve manter valor das parcelas e público beneficiado

14.jun.2021 às 15h17

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Bernardo Caram (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/bernardo-caram.shtml>)

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou à **Folha** que o auxílio emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/auxilio-emergencial-e-uma-arma-que-nos-temos-e-pode-ser-renovado-diz-guedes.shtml>) será prorrogado por três meses. Segundo ele, a decisão considera que a população adulta estará vacinada contra a Covid-19 até outubro.

De acordo com o ministro, o presidente Jair Bolsonaro baterá o martelo sobre a medida após se informar com o Ministério da Saúde e receber a decisão do Ministério da Cidadania, que é responsável pela gestão do programa.

Na última semana, a equipe econômica havia fechado uma proposta para prorrogar o auxílio a informais por dois meses

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-avalia-prorrogar-auxilio-emergencial-por-dois-meses-com-custo-de-r-18-bi.shtml>). O custo estimado era de R\$ 18 bilhões.

sua assinatura pode valer ainda mais

Incentivo para consumo de energia fora do horário de pico pode começar em julho

Medida para evitar racionamento deve abranger todos os tipos de consumidores, de empresas a famílias

14.jun.2021 às 23h15

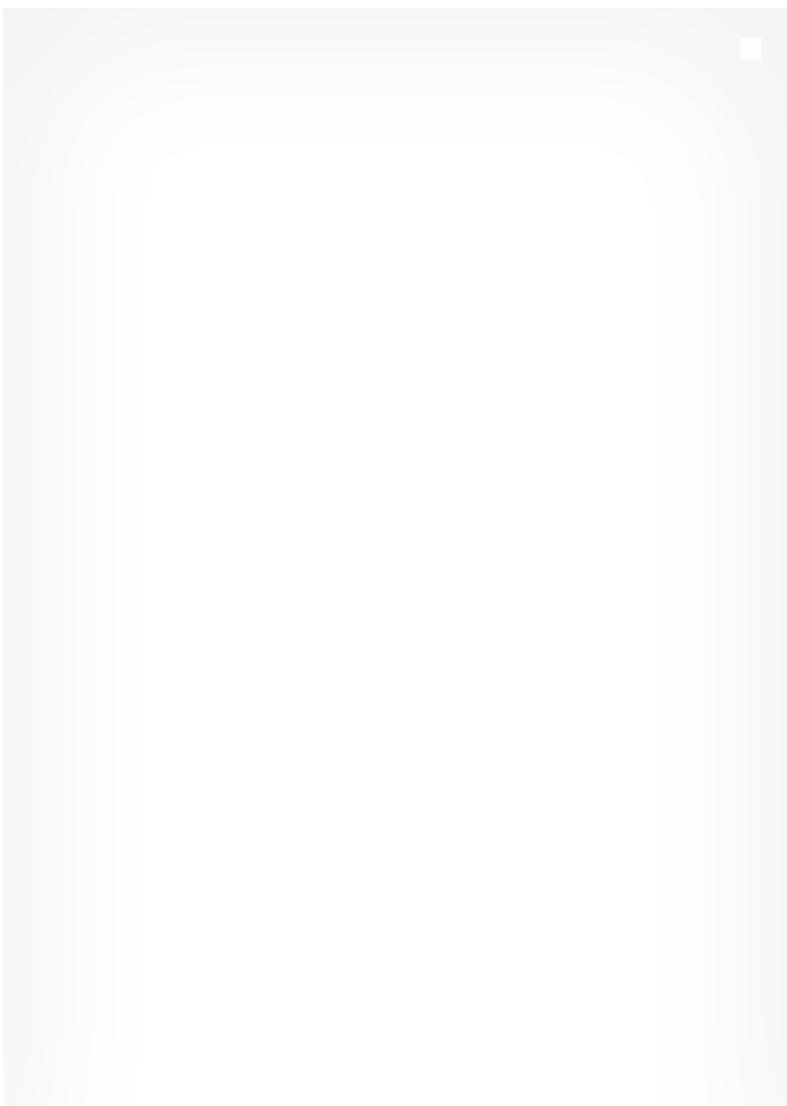
 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Julio Wiziack (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/julio-wiziack.shtml>)

Nicola Pamplona (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/nicola-pamplona.shtml>)

BRASÍLIA e RIO DE JANEIRO O programa de deslocamento do consumo de energia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bacia-do-parana-ja-sente-efeitos-da-seca-sobre-agronegocio-e-geracao-de-energia.shtml>) nos horários de pico pode começar em julho e incluir consumidores residenciais, além da indústria. Nesta segunda-feira (14), o MME (Ministério de Minas e Energia) se reuniu com grandes consumidores para discutir as bases do plano.

A ideia é oferecer algum incentivo na conta de luz, como descontos na tarifa ou créditos futuros. “O modelo ainda está em discussão e exigirá arranjos técnicos e jurídicos para ser implementado”, disse à **Folha** o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.



A proposta é parte do pacote de medidas para enfrentar a pior seca da história (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/se-nada-for-feito-e-grande-a-chance-de-termos-apagoes-diz-kelman.shtml>) sobre os reservatórios de hidrelétricas na região Sudeste, que já incluiu a contratação adicional de térmicas e revisões nas restrições de vazões de usinas hidrelétricas.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=applextocurto) OU na Google Play (<https://play.google.com/store/apps/details?>

INFLAÇÃO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INFLACAO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/inflacao))

JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

Mercado passa a ver Selic a 6,25% este ano, com inflação e crescimento maiores

Expectativa é de que o BC anuncie na quarta (16) o terceiro aumento consecutivo de 0,75 ponto percentual na Selic

14.jun.2021 às 9h41

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Camila Moreira

SÃO PAULO | REUTERS O mercado elevou ainda mais a perspectiva de aperto monetário pelo Banco Central neste ano, projetando ainda inflação mais elevada e crescimento mais intenso, de acordo com a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (14) pelo BC (Banco Central)

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/banco-central-facilita-abertura-de-conta-em-fintechs.shtml>).

Dias antes de a autarquia reunir-se para decidir sobre a Selic

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/langoni-criou-selic-e-fez-estudo-pioneiro-sobre-educacao.shtml>), a

pesquisa mostrou que a expectativa agora para a taxa básica de juros é de que ela termine 2021 a 6,25%, de 5,75% antes. Para 2022, permanece o cenário de Selic a 6,50% ao final do ano.

A expectativa é de que o BC (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/entenda-a-autonomia-do-banco-central-e-os-mandatos-fixos-de-presidente-e-diretores.shtml>) anuncie na quarta-feira (16) o terceiro aumento consecutivo de 0,75 ponto percentual na Selic, e possivelmente indique um ciclo mais agressivo à frente ao abandonar seu compromisso com uma "normalização parcial" da política monetária.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/mercado-passa-a-ver-selic-a-625-este-ano-com-inflacao-e-crescimento-maiores.shtml>

Pacheco quer incluir cota para reservatório de Furnas na MP da Eletrobras

Proposta garantiria uso das águas para atividades econômicas, o que pode criar impasse para governo enfrentar o risco de racionamento

14.jun.2021 às 20h17

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Washington Luiz (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/washington-luiz.shtml>)

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), avalia apresentar uma emenda à medida provisória de privatização da Eletrobras (<https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2021/06/modelo-de-privatizacao-da-eletobras-e-questionado-por-executivos.shtml>) para estabelecer cotas de uso múltiplo para os reservatórios das hidrelétricas, o que incluiria o de Furnas, localizada no sul de Minas.

Com a proposta, ficaria garantido que as águas desses reservatórios não serão usadas apenas para a geração de energia, mas também para a exploração econômica em cidades banhadas pelo reservatório, que dependem da pesca e do turismo, por exemplo.

Pacheco sinaliza votação do novo Refis e Lira diz que vai debater IR com equipe econômica

Pauta do Senado indica votação do projeto de regularização tributária nesta quinta; presidente da Câmara defende definição simultânea de relatores da tributária nas duas Casas

14.jun.2021 às 14h34

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Danielle Brant (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/danielle-brant.shtml>)

Washington Luiz (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/washington-luiz.shtml>)

BRASÍLIA Após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), incluir na pauta de votação da Casa o projeto de regularização tributária, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que se reuniria com líderes partidários e com a equipe econômica para discutir as mudanças no Imposto de Renda (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/camara-vai-discutir-mudancas-no-imposto-de-renda-a-partir-da-proxima-semana-diz-lira.shtml>).

Em uma rede social, Lira disse que até o fim desta semana serão definidos os “relatores da reforma tributária que irá tramitar na Câmara”. O deputado afirmou ter conversado com Pacheco para que “os relatores nas duas Casas sejam definidos simultaneamente”, de forma que a análise dos projetos comece ao mesmo tempo.

“Ainda no âmbito da reforma tributária, tenho reuniões esta semana com os líderes e com integrantes da equipe econômica sobre as questões relativas ao imposto de renda (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/vamos-reduzir-e-unificar-o-ir-sobre-investimento-em-renda-fixa-diz-guedes.shtml>)”, informou.

CORONAVÍRUS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/COTIDIANO/CORONAVIRUS](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/coronavirus))

Renda média no Brasil cai abaixo de R\$ 1 mil pela 1ª vez em 10 anos

Cenário reflete impactos da crise sanitária, indica estudo

14.jun.2021 às 12h38

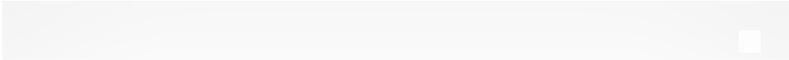
Atualizado: 14.jun.2021 às 16h41

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Leonardo Vieceli (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/leonardo-vieceli.shtml>)

RIO DE JANEIRO Com o impacto da pandemia no mercado de trabalho, a desigualdade (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/mais-pobres-nas-metropoles-perdem-32-da-renda-na-pandemia-e-ricos-3-diz-estudo.shtml>) alcançou nível recorde no país. Ou seja, a diferença que separa os ganhos de ricos e pobres ficou ainda maior durante a crise sanitária.

Os dados integram a pesquisa “Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia”, divulgada nesta segunda-feira (14) pelo centro de estudos FGV Social. O levantamento considera estatísticas desde 2012.



O salto na desigualdade é medido pelo Índice de Gini. Na escala de Gini, zero significa igualdade de renda. Quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade. Na prática, uma alta no indicador sinaliza piora nas condições socioeconômicas.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/desigualdade-bate-recorde-na-pandemia-e-renda-media-cai-a-pior-nivel-desde-2012.shtml>

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



INFLAÇÃO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INFLACAO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/inflacao))

Varejo de moda reage em lojas físicas, diz setor

90% dos empresários dizem que resultados superaram vendas de maio de 2019

14.jun.2021 às 13h24

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

SÃO PAULO As vendas no varejo (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/06/comercio-paulistano-comemora-alta-de-50-em-maio.shtml>) de moda ganharam fôlego em maio. Cerca de 90% dos empresário do setor dizem que os resultados das lojas físicas no mês passado superaram as vendas de maio de 2019, segundo levantamento da Abvtex (Associação Brasileira do Varejo Têxtil) com os associados.

A entidade atribui o desempenho ao Dia das Mães e ao efeito das compras represadas durante as restrições de funcionamento das lojas.

Acordo entre Rio e ANP amplia fiscalização sobre royalties

Governo fluminense estima que Estado pode ter perdido R\$ 10 bilhões com arrecadação de participações especiais

Por André Ramalho — Do Rio

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Plataforma de extração de petróleo da Petrobras no Campo de Tupi (antigo campo de Lula) — Foto: Divulgação Petrobras

O governo do Estado do Rio de Janeiro e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) assinaram um acordo de cooperação para ampliar a fiscalização do pagamento de royalties e participações especiais (PEs) sobre a produção de óleo e gás.

Em nota à imprensa, o governo fluminense esclarece que o acordo define parâmetros para melhorar a metodologia de fiscalização das receitas compensatórias da exploração de petróleo e gás no Rio. A Secretaria de Estado de

Fazenda (Sefaz-RJ) estima que o Estado do Rio de Janeiro pode ter perdido cerca de R\$ 10 bilhões nos últimos dez anos em arrecadação de participações especiais, que são cobradas em cima de campos que tem grande produtividade de óleo e gás.

A Sefaz-RJ cobrava da ANP acesso detalhado e transparente às informações das deduções feitas pelas concessionárias. A execução do convênio cumpre uma determinação do Superior Tribunal Federal (STF) e ocorre em meio à atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em março, sobre a queda na arrecadação das receitas do petróleo registrada no início de 2021.

No primeiro bimestre, a arrecadação estadual de royalties e participações especiais totalizou R\$ 2,57 bilhões, cerca de R\$ 800 milhões a menos do que o apurado em igual período de 2020.

A cerimônia de assinatura do convênio ocorreu na manhã de ontem, no Palácio Tiradentes, sede da Alerj. Dentre outras autoridades, participaram do encontro o governador Cláudio Castro e o presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT).

A expectativa da ANP é que o convênio amplie a capacidade de auditoria dos gastos dedutíveis declarados pelas concessionárias sobre os campos produtores de petróleo e gás natural.

A agência reguladora e a Petrobras travam uma disputa de anos sobre a cobrança de participações especiais sobre o campo de Tupi (ex-Lula), o maior do país, além de alguns outros campos do pré-sal. A divergência impacta diretamente nos cofres do Rio. O órgão regulador entende que Lula e Cernambi compõem, tecnicamente, um único campo, enquanto a petroleira estatal alega que se tratam de dois reservatórios diferentes.

Essa divergência tem implicações diretas sobre a arrecadação das participações especiais - compensação financeira extraordinária devida pelos produtores e que incide somente sobre campos de grande volume de produção. A cobrança das PEs incide sobre a receita líquida da produção trimestral de cada campo, por meio de alíquotas progressivas que variam, dentre outros fatores, de acordo com o volume de produção da concessão. Em termos práticos, a unificação de duas áreas num só campo eleva a base sobre a qual é calculada a compensação.

Além da unificação de Tupi, Petrobras e ANP mantém outras duas disputas semelhantes relativas aos campos de Baúna e Piracaba (Bacia de Santos) e Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça (Bacia de Campos). A petroleira estatal levou essas disputas à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara Internacional do Comércio (ICC, na sigla em inglês). De acordo com o formulário de referência de 2020, publicado pela empresa, essas três arbitragens envolvem uma “chance de perda possível” de R\$ 1,576 bilhão.

Dessas três disputas, apenas a arbitragem relativa à unificação dos campos de Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça está em curso. As outras duas, incluindo a divergência sobre Lula e Cernambi, estão suspensas por liminar.

Enquanto o impasse não se encerra, os valores controversos têm sido depositados judicialmente. Em 2020, a Petrobras depositou R\$ 1,13 bilhão referente à disputa pela unificação de Lula e Cernambi e sobre Tartaruga Verde e Tartaruga Mestiça. No primeiro trimestre deste ano, foram depositados mais R\$ 290 milhões.

 COMENTÁRIOS

Ajuste do Fundeb deixa prefeituras no vermelho

Governo erra cálculo de repasse e surpreende municípios com ajuste financeiro feito de uma só vez

Por Rodrigo Carro — Do Rio

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A polêmica deflagrada neste ano por erros nos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para prefeituras de todo o Brasil ainda está longe de terminar, mesmo com o ajuste de valores realizado em 31 de maio. O acerto financeiro realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao Ministério da Educação, foi feito de uma só vez, e não de forma gradual, em parcelas, conforme havia proposto a Confederação Nacional de Municípios (CNM). As prefeituras querem ter acesso aos dados que serviram de base para a correção.

Na origem do problema estão incorreções, identificadas em janeiro, no cálculo da complementação do Fundeb paga pela União aos Estados que dispõem de menos recursos próprios para investir em educação. Posteriormente, foram detectados erros numa portaria interministerial publicada em 31 de março deste ano, pelas pastas da Educação e da Economia, que determinava os coeficientes de participação utilizados para repartir os recursos do Fundeb entre os municípios. Mais de 4.000 cidades foram afetadas.

A Portaria Interministerial nº 3, publicada em 24 de maio, teve o objetivo de retificar essas falhas. Todas as correções - e mais outros ajustes na distribuição dos recursos previstos na lei que regulamenta o novo Fundeb, sancionada em dezembro de 2020 - foram feitas simultaneamente em 31 de maio.

“Estamos no escuro. Não temos dado nenhum”, se queixa o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, referindo-se à forma como foi feito o cálculo dos valores do Fundeb que foram debitados (ou creditados) das prefeituras no fim do mês passado, a título de ajuste.

Em ofício endereçado ao Ministério da Educação em maio de 2021, a CNM havia solicitado o parcelamento do acerto financeiro. “Praticamente esvaziaram o cofre de alguns municípios”, afirma Ziulkoski. A confederação estima que centenas de prefeituras estejam com as contas no vermelho por causa desse ajuste, mas não divulgou uma estimativa fechada.

Prefeito de Pedra Lavrada (PB), José Antônio Vasconcelos da Costa, conta que o município teve R\$ 442 mil debitados de sua conta corrente, devido ao acerto financeiro. Como tinha cerca de R\$ 40 mil na conta, a prefeitura ficou devedora em cerca de R\$ 400 mil e, desde o fim de maio, vem pagando juros ao Banco do Brasil, segundo Costa. “Até a semana passada, a cobrança de juros já estava em R\$ 10 mil”, afirma o prefeito.

Com uma população de aproximadamente 8.500 habitantes, o município paraibano não terá condições de honrar a folha de pagamento deste mês se não houver algum tipo de estorno dos valores debitados, afirma Costa. O prefeito de Pedra Lavrada participou de uma reunião realizada no último dia 8 entre representantes da CNM e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Marcelo Lopes da Ponte.

No encontro, Ponte se prontificou a apresentar a base de dados usada para cálculo dos coeficientes de participação de cada município. Até a noite de ontem, os dados ainda não haviam sido repassados.

De acordo com um dos presentes à reunião, a questão dos municípios que estão no vermelho por conta do débito de valores do Fundeb foi mencionada, mas o presidente do FNDE disse que qualquer estorno dependeria do Banco do Brasil.

Procurada por intermédio de sua assessoria de imprensa, o BB esclareceu por e-mail que, conforme previsto no artigo de número 16 da Lei do Novo Fundeb, de 25 de dezembro de 2020, são previstos ajustes quadrimestrais, considerando a revisão das estimativas de arrecadação dos entes, tal como aquele realizado em 31 de maio.

“Questões relacionadas aos valores creditados e/ou debitados a título de ajuste são tratados pontualmente com o ente público titular da conta de movimentação dos recursos”, finaliza a nota. O FNDE não respondeu até a conclusão desta edição as perguntas enviadas pelo **Valor**.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Esta joelheira pode trazer seus joelhos de volta aos 20 anos

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Baixa renda tem quase o dobro de inflação em maio

Energia puxa custo de vida acima das famílias mais abastadas pelos segundo mês seguido, mostra Ipea

Por Lucianne Carneiro — Do Rio

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com a pressão principalmente do custo da energia elétrica, a inflação das famílias de baixa renda foi maior que a das famílias de renda mais alta em maio. Foi o segundo mês seguido em que isso ocorreu, segundo o indicador “Inflação por faixa de renda”, do Ipea. Em abril, o maior impacto tinha vindo dos medicamentos.

A inflação maior entre os mais pobres não é um movimento único desses meses: o índice acumulado em 12 meses também é maior, ainda refletindo a forte alta dos alimentos em 2020. São famílias que sentem seu dinheiro valer cada vez menos.

Em maio, a maior taxa de inflação ocorreu entre as famílias de renda muito baixa - com renda domiciliar menor que R\$ 1.650,50 -, que registraram alta de 0,92%, ante variação de 0,49% das famílias de renda alta - renda domiciliar acima de R\$ 16.509,66. A alta também foi mais expressiva também nas famílias de renda baixa - rendimento domiciliar entre R\$ 1.650,50 e R\$ 2.471,09 -, com 0,88%, e nas famílias de renda média baixa - entre R\$ 2.471,09 e R\$ 4.127,41 de renda domiciliar -, com variação de 0,86%.

“As famílias de renda mais baixa têm inflação maior pelo segundo mês seguido. Só que por motivos diferentes. Em abril, o foco foi medicamentos. E em maio foi a energia elétrica”, explica a economista Maria Andréia Parente, técnica do Ipea responsável pela pesquisa.

Quase metade da alta da inflação (46%) para os mais pobres em maio veio do grupo habitação, com impacto de 0,42 ponto percentual da taxa de 0,92%. As principais pressões vieram de energia elétrica (5,4%), tarifa de água e esgoto (1,6%), gás de botijão (1,2%) e gás encanado (4,6%). Já nas famílias de renda mais alta a deflação de quase 30% nos preços de passagens aéreas (-28,3%) ajudou a atenuar os reajustes de combustíveis.

Com o resultado de maio, a inflação acumulada em 12 meses das famílias mais pobres (8,91%) se distanciou ainda mais das famílias mais ricas (6,33%). A diferença entre os dois extremos era próxima em 2019, mas foi ampliada em 2020 não

apenas por causa dos alimentos - que pesam mais sobre os mais pobres - como também por causa dos serviços. A alta de preços desse grupo desacelerou e ele tem peso maior no orçamento dos mais ricos. Em 12 meses, os preços de alimentos no domicílio subiram 15,4%, enquanto a energia elétrica teve alta de 11,6%.

“A inflação no ano está bem próxima, na casa dos 3% para os dois segmentos. Nos 12 meses é que essa diferença está muito forte, por causa da alta dos alimentos no segundo semestre do ano passado e da energia elétrica”, diz Maria Andréia.

Em maio, todas as faixas de renda tiveram aceleração na alta dos preços. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - usado como base para o cálculo do Ipea da inflação por faixa de renda - acelerou de 0,31% em abril para 0,83% em maio. Nas famílias de renda muito baixa, a taxa passou de 0,45% para 0,92%. Entre os mais ricos, o resultado passou de 0,23% para 0,49%.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

3 sinais de que seu cão está pedindo ajuda

PETVI

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Esta joelheira pode trazer seus joelhos de volta aos 20 anos

KNEE ELITE

Covid deixa Brasil mais desigual, pobre e infeliz

Estudo mostra queda da satisfação do brasileiro para o menor valor da série histórica

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A pandemia de covid-19 aumentou a desigualdade de renda para nível recorde, diminuiu o rendimento médio do trabalho e deixou os brasileiros mais infelizes e com mais sentimentos negativos em comparação com a média global, segundo estudo de Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social).

No aspecto comportamental, uma medida geral de felicidade obtida a partir do levantamento da Gallup World Poll mostra que, numa escala de 0 a 10, a satisfação do brasileiro ficou em 6,1 no ano passado, uma queda de 0,4 ponto percentual ante 2019, atingindo o menor ponto da série histórica. Ao mesmo tempo, a média de 40 países aponta que a mesma avaliação ficou estagnada de 2019 a 2020: de 6,02 para 6,04. A pesquisa inclui nações como Áustria, China e Zimbábue.

O estudo evidencia a “desigualdade da felicidade” entre as fatias da população: a queda geral da satisfação foi puxada pelos 40% mais pobres e o grupo intermediário, entre os 40% a 60% mais pobres. Já nas duas camadas acima, a avaliação ficou praticamente igual de um ano a outro.

“A nota média de felicidade dos 40% mais pobres fica em outro patamar (5,5) em relação aos grupos de renda mais alta, todos acima de 6, chegando a 6,9 nos 20% mais ricos. A diferença entre os extremos era de 7,9% em 2019 e sobe para 25,5% na pandemia”, diz Neri, destacando que o dado é consistente com a disparidade no mercado de trabalho.

A crise gerou ainda uma onda de emoções negativas entre os brasileiros. Também de 2019 a 2020, aumentou de 56% para 62% a fatia de brasileiros que disseram estar preocupados, enquanto a média de 40 países aumentou só 2,4 ponto, de 38,5% para 40,9%. Os brasileiros disseram ter sentido mais raiva (24% ante 19%), estresse (47% ante 43%) e tristeza (31%, de 26%).

Por outro ângulo, caíram os relatos dos brasileiros sobre diversão, de 72% para 66%. Em todas as análises, a piora de bem-estar foi mais intensa do que a observada na média dos países.

“A pandemia é um choque global, mas afetou mais o Brasil. Existe uma correlação muito próxima entre felicidade e dinheiro no bolso, que é mais forte em países muito pobres do que nos mais ricos”, afirma Neri.

Os dados evidenciam uma piora da desigualdade em todos os campos, da felicidade a variáveis macroeconômicas mais tradicionais. O índice de Gini, medida sobre a desigualdade de renda do trabalho, cresceu para 0,674 no primeiro trimestre deste ano, contra 0,642 um ano antes, renovando o recorde da série histórica. O aumento no intervalo foi de igual magnitude entre a crise de 2015 até o início de 2020. Quanto mais perto de 1, maior é a concentração de renda.

Entre o terceiro e quarto trimestre, o indicador havia oscilado em torno da estabilidade (0,669, de 0,662), beneficiado pelos pagamentos mensais do auxílio emergencial. No início do ano, houve uma hiato nos repasses, que foram retomados no mês de abril, mas em valor menor, entre R\$ 150 e R\$ 375. Em 2020, as parcelas foram R\$ 600 e depois reduzidas para R\$ 300.

A renda média per capita recuou pela primeira vez abaixo de R\$ 1 mil mensais, para R\$ 995 no primeiro trimestre de 2021, ainda segundo o estudo. O dado caiu 11,3% ante um ano antes, quando estava em R\$ 1.122, o maior nível da série iniciada em 2012. O estudo da FGV Social considera a renda efetivamente recebida do trabalho dividida pelos integrantes da família, e usa os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a renda do trabalho na população em idade ativa, considerando os desocupados, caiu 10,89% entre os primeiros trimestres do ano passado e deste ano. Entre a fatia dos 50% mais pobres, o recuo foi o dobro, de 20,81%. Para a população em geral, a queda na taxa de participação no mercado de trabalho respondeu por mais de 80% do recuo na renda. Já entre os mais pobres, o aumento da taxa de desemprego teve peso maior.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Esta joelheira pode trazer seus joelhos de volta aos 20 anos

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Sinta-se descalço com o tênis respirável super leve

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Doutora: "Jogue os cremes fora! Se você tem rugas no pescoço, faça apenas isso ao acordar"

DIATENA OFICIAL

Mais do Valor **Econômico**

DEM expulsa Maia por críticas a ACM Neto

Divergências com a cúpula partidária se intensificaram no processo de sucessão do comando da Câmara, em fevereiro

Por Cristiane Agostine e Marcelo Ribeiro — De São Paulo e Brasília

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O DEM nacional anunciou ontem a expulsão do deputado federal e ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ) do partido. Em reunião da Executiva nacional, a legenda decidiu, por unanimidade, expulsar Maia sob acusação de infração disciplinar.

“Após garantir o amplo direito de defesa ao parlamentar, os membros da Executiva apreciaram o voto da relatora, deputada Prof. Dorinha. A comissão nacional, à unanimidade de votos, deliberou pelo cometimento de infração disciplinar, e consequente expulsão do deputado”, afirmou a Executiva nacional do DEM, por meio de nota.

Até o fechamento desta edição, Maia não havia se pronunciado publicamente sobre a expulsão. Procurado pela reportagem ontem, o deputado não quis falar.

Ex-presidente nacional do partido, o deputado brigou com o presidente nacional da legenda, ACM Neto, no processo de sua sucessão no comando da Câmara. Maia apoiou o deputado Baleia Rossi (SP), presidente nacional do MDB, para a presidência da Casa, mas ACM Neto articulou a eleição do atual presidente, Arthur Lira (PP-AL).

Depois da eleição para a Câmara, em fevereiro, Maia passou a expor publicamente suas divergências com ACM Neto e disse ter sido traído pelo dirigente. Entre as críticas feitas, chamou o presidente nacional do DEM de “oportunista”, “um baixinho sem caráter” e “torquemada baiano”.

Com o desgaste com a direção partidária, o parlamentar enviou ao Tribunal Superior Eleitoral, em maio, um pedido de desfiliação do partido por justa causa, para tentar não perder o mandato. No fim do mesmo mês, o DEM deu o prazo de oito dias para o parlamentar se manifestar sobre o processo de expulsão do partido, que foi pedido pelos deputados Arthur Maia (BA) e Efraim Filho (PB), depois dos ataques a ACM Neto.

Maia negocia a filiação ao PSD, a convite do presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab.

Folga no teto de gastos em 2022 pode ser totalmente 'consumida'

Inflação criará espaço de R\$ 79 bilhões para despesas, segundo Barclays

Por Arícia Martins — De São Paulo

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Passado o cenário mais positivo para as contas públicas neste ano - em grande medida influenciado pela recuperação cíclica da economia e pela inflação mais elevada -, o debate sobre o aumento dos gastos do governo deve voltar à tona em 2022, na avaliação de Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. Em revisão de estimativas para os indicadores fiscais do país, Secemski aponta que o teto de gastos contará com uma folga “sem precedentes” no próximo ano e que as despesas primárias podem crescer R\$ 124 bilhões no período, ou 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Na nossa visão, a discussão em 2022, um ano eleitoral, não deve ser sobre o risco de rompimento do teto de gastos, mas sim sobre como o espaço significativo criado pela inflação mais alta pode ser usado pelo governo”, afirma o economista. Enquanto o aumento permitido para as despesas sob o teto é definido pelo IPCA acumulado nos 12 meses até junho, gastos obrigatórios ligados ao salário mínimo são indexados ao INPC anual, observou.

Em suas projeções, o índice oficial de inflação deve subir 8,3% no ano terminado em junho, ao passo que o INPC vai encerrar 2021 com alta inferior a 6%. O uso de dois indicadores diferentes e o descasamento temporal entre o ajuste no teto e a correção de benefícios sociais gerou um problema para o governo este ano, mas para 2022 o quadro é oposto, nota o economista.

Se as previsões inflacionárias estiverem corretas, os gastos poderão subir R\$ 124 bilhões no ano que vem em termos nominais, enquanto o aumento de benefícios corrigidos pelo INPC custaria R\$ 45 bilhões, calcula Secemski. “Isso criaria um espaço sem precedentes de R\$ 79 bilhões, a ser gasto em outras rubricas”, destacou.

Considerando que o próximo ano será de eleições presidenciais, a expectativa do economista é que a “folga” no teto seja utilizada ao máximo, como já sugerido pelo projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO). Apresentado ao Congresso em meados de abril, o texto mostrou que o total de gastos sujeitos ao teto estaria correndo no topo do seu limite nos próximos três anos, lembra Secemski.

Caso o espaço extra seja destinado à criação de novos gastos obrigatórios permanentes, como aumentos salariais para servidores públicos e benefícios sociais que não podem ser reduzidos após elevados, em vez de despesas discricionárias (investimentos públicos e emendas parlamentares para bases eleitorais, por exemplo), o cumprimento do teto pode estar sob ameaça novamente em 2023, alerta o economista. Isso dependerá mais uma vez, de acordo com ele, da diferença entre IPCA e INPC.

Secemski ressalta que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) está convencido, segundo reportagem do jornal “O Globo”, de que o novo Bolsa Família é essencial para seu plano de se reeleger. Se o benefício mensal médio for elevado de R\$ 190 a R\$ 300 e a cobertura for ampliada de 14 milhões para 27 milhões de pessoas, como deseja Bolsonaro, o custo anual do programa subiria de R\$ 35 bilhões este ano para R\$ 97 bilhões, ou 1,1% do PIB, estima ele.

Como a legislação brasileira não permite a criação de programas sociais em anos de eleição para a Presidência, o redesenho no Bolsa Família precisa ser feito ao longo do quarto trimestre deste ano, observa Secemski. Os custos totais do programa e suas fontes de financiamento permanecem em aberto, mas a disputa entre Bolsonaro e um candidato de esquerda - possivelmente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - pode adicionar pressão para um montante maior de estímulos, avalia o economista.

Nesse sentido, o economista-chefe para Brasil do Barclays aponta que a meta para o déficit primário do governo central, de R\$ 170,5 bilhões para o próximo ano, ou 1,9% do PIB, pode representar uma barreira para o crescimento excessivo e injustificado de gastos públicos em 2022, mais do que o teto. "Em outras palavras, mesmo que haja espaço abaixo do teto para gastos adicionais em 2022, tais planos só se concretizariam se o desempenho da receita garantisse o cumprimento da meta de primário."

Secemski projeta que o resultado primário do setor público consolidado será negativo em 2,5% do PIB neste ano e em 1,7% do PIB no próximo. Já a relação dívida/PIB deve subir de 83,6% para 85,2% entre 2021 e 2022. Em 2020, a dívida alcançou 88,8% do PIB, mas a redução prevista para este ano não é considerada uma tendência, pondera o economista. "O cumprimento do teto de gastos, sozinho, não é suficiente para estabilizar a dívida em um futuro previsível."

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Governo federal e Estados acenam com novos Refis

Segundo a Receita, cerca de metade dos optantes dos programas analisados voltaram a ficar inadimplentes

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Desde que o projeto de Orçamento federal deste ano foi apresentado, há dez meses, a estimativa de receita tributária já subiu R\$ 200 bilhões, inflada pela retomada, mesmo que ainda frágil, da economia. Os governos estaduais também estão mostrando crescimento de receitas. Apesar da surpresa com a recuperação da arrecadação, os governos federal, estaduais e até municipais estão com programas de renegociação de dívidas fiscais na praça, também chamados de Refis. Oficialmente esses programas se destinam a aliviar e regularizar a situação do contribuinte, mas certamente acarretam a entrada de recursos para os cofres das autoridades em um primeiro momento. Em geral, o Refis oferece um desconto para o contribuinte que pagar à vista uma dívida antiga.

Dentro do plano de fatiamento da reforma tributária, ficou com o Senado a criação de um novo programa de refinanciamento de dívidas tributárias federais. Pelo projeto, o parcelamento deverá incluir dívidas anteriores à pandemia e permitir aproveitar o prejuízo fiscal como crédito para abater o valor a pagar de impostos acumulados em anos anteriores. O Congresso usa sempre mesmo oportunidades justas - melhorar as condições de pagamento de empresas prejudicadas pela pandemia - para premiar devedores contumazes das dezenas de programas de refinanciamento anteriores.

A proposta se chocou, no entanto, com o plano que o Ministério da Economia tem para tratar desse problema. O ministro da Economia, Paulo Guedes, concorda que é preciso limpar o terreno e preparar o balanço das empresas para as novas regras que vão entrar em vigor, mas sua proposta é diferente. Guedes tem falado de um “passaporte tributário”. Na prática, o objetivo é abrir uma ampla transação tributária, o mecanismo que permite renegociar dívidas de acordo com a capacidade de pagamento dos contribuintes. O governo está disposto a conceder descontos de até 70% em multa e juros para as empresas com dívidas, mas somente seriam aceitas empresas que tiveram perda de faturamento na pandemia. Guedes quer limitar o programa a empresas que tiveram queda de receita superior a 15%. Quanto maior o tombo no faturamento, melhores serão as condições.

Ainda não está claro se o projeto do Senado vai oferecer as duas alternativas ou consolidar as propostas. Do lado do Congresso, há resistência entre os

parlamentares em limitar a negociação às empresas que tiveram perda com a pandemia. Esse não é o único ponto de atrito. Os parlamentares pretendem também ampliar a vantagem concedida além do desconto de 70%, incluir as empresas optantes pelo Simples e as pessoas físicas. Já a Economia quer um projeto específico para as empresas do Simples.

A Receita Federal sempre foi contra o conceito de Refis proposto pelo Senado. A visão, correta, é que uma renegociação feita sem considerar as especificidades de cada contribuinte é um benefício ao mau pagador de impostos. A avaliação é que o Refis estimula o contribuinte a acumular dívidas na expectativa do próximo refinanciamento e penaliza o contribuinte que está em dia. Cria também a figura do “devedor contumaz” ou do “viciado em Refis”, que volta a deixar de pagar assim que consegue a certidão negativa de débitos ao aderir ao programa. O governo federal parece até disposto a melhorar as condições para estimular a opção pela transação tributária.

Estudo feito pela Receita Federal em 2018 informou que, nos dez anos anteriores, foram lançados 39 programas de refinanciamento de dívida tributária, abrangendo R\$ 176 bilhões, e empresas, bancos, pessoas físicas e clubes de futebol. Segundo a Receita, cerca de metade dos optantes dos programas analisados voltaram a ficar inadimplentes, seja de obrigações correntes ou parcelas do programa de parcelamento. O maior deles foi o Refis da Crise I, de 2008, envolvendo R\$ 61 bilhões, em que apenas 47% foram liquidados.

Apesar disso, Estados e capitais lançaram programas de parcelamento de débitos tributários em até dez anos e desconto de multa e juros que chegam a 100%. Nove Estados - Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe - e três capitais - Curitiba, Porto Alegre e São Paulo já estão com programas em andamento ou enviaram projetos a suas casas legislativas. Os parcelamentos incluem ICMS, ISS, dívida ativa, outros tributos como ITBI e até dívidas não tributárias (**Valor** 7/6).. Os programas devem render mais de R\$ 6 bilhões em arrecadação extraordinária, considerando o que já foi arrecadado e as projeções para 2021.

Micro e pequenas empresas recuperam otimismo

Em maio, índice de confiança medido pelo Sebrae atinge maior patamar desde dezembro de 2020

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

15/06/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ajudado pelo avanço da vacinação e pela retomada de programas como auxílio emergencial e BEm, o Índice de Confiança de Micro e Pequenas Empresas (IC-MPE) atingiu em maio o maior nível desde dezembro de 2020, ao registrar 93,5 pontos. Foi a segunda alta consecutiva e um avanço de 5,4 pontos em relação a abril. Os dados foram divulgados ontem pelo Sebrae.

“Uma das possíveis razões pelo otimismo por parte das MPE é o fato de que as medidas restritivas têm sido flexibilizadas, além da possibilidade do aumento na

oferta de vacinas para a população em geral”, comentou em nota o presidente do Sebrae, Carlos Melles. Em maio, especificamente, as vendas nos Dia das Mães e a queda do número de óbitos pelo coronavírus contribuíram para um cenário mais positivo.

Com a confiança em alta, as micro e pequenas empresas pretendem contratar nos próximos três meses. É a primeira vez que a expectativa de criação de vagas supera a de demissões. O dado foi destacado por Melles.

Na abertura por setores, o comércio foi o que apresentou maior alta no mês, passando de 79,9 pontos em abril para 90,5 em maio. Com isso, a recuperação da confiança no comércio somou 22 pontos nos últimos dois meses. “A alta da confiança das MPE desse setor decorre do aumento da satisfação com a situação atual, o desempenho nas vendas efetivas de maio e da melhoria das perspectivas de vendas para os próximos três meses”, informa o Sebrae.

Melles destacou a alta de 7,7 pontos na confiança do comércio de material de construção, que chegou a 90,2 pontos. Também houve recuperação forte em veículos, motos e peças e no varejo restrito.

A confiança no setor de serviços, o mais impactado pela crise, avançou 7,2 pontos em maio e atingiu 86,9 pontos, o maior nível desde fevereiro de 2020, o que indica o retorno ao nível pré-pandemia. Os fatores que mais influenciaram esse resultado

foram o aumento da demanda atual e o otimismo em relação à tendência dos negócios nos próximos seis meses.

Conforme o Sebrae, o segmento de serviços prestados às famílias foi o que mais contribuiu para a alta desse mês, ao subir 12,6 pontos, para 83,3 pontos, o maior nível desde outubro de 2020 (85,1 pontos). Este segmento foi seguido de transporte (7,4 pontos), serviços profissionais (7 pontos) e informação e comunicação (5,1 pontos).

A confiança das micro e pequenas empresas da indústria de transformação atingiu 97,7 pontos em maio. A variação foi positiva em 1,9 ponto, após cinco meses de queda. Entre os segmentos mais relevantes da indústria, vestuário foi o que mais contribuiu para a melhora da indústria, com alta de 14,8 pontos, levando a 87,9 pontos, após cinco quedas consecutivas. Já o de alimentos teve queda de 4,5 pontos, para 82,4 pontos.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Novas máscaras são recomendadas. Saiba mais

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Psiu! Você esqueceu seu sérum preenchedor de rugas no carrinho! Corre que dá tempo!

DIATENA OFICIAL

Planalto mira dividendos em reforma do IR

Alas do governo Bolsonaro defendem ainda aumento da faixa de isenção para cerca de R\$ 3 mil

Por Fabio Graner e Lu Aiko Otta — De Brasília

15/06/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A pedido do Palácio do Planalto, o Ministério da Economia está avaliando a possibilidade de estabelecer uma faixa de isenção para a tributação sobre dividendos, que a reforma do Imposto de Renda de empresas e famílias deve trazer. O Planalto fez outros pedidos para a pasta e tem negociado algumas mudanças no projeto original da Economia. O texto que também já está sendo discutido com lideranças do Congresso Nacional, o que tem levado a algum atraso no envio da proposta, ainda que nunca tenha sido definido prazo preciso.

Entre as medidas que a Economia está propondo, está o aumento na faixa de isenção do IRPF dos atuais R\$ 1,9 mil para algo em torno de R\$ 2,3 a R\$ 2,4 mil, que foram apresentados pelo ministro Paulo Guedes em reuniões no Palácio do Planalto. Há alas no governo defendendo uma elevação para algo mais próximo dos R\$ 3 mil que o presidente Jair Bolsonaro chegou a prometer na campanha, mas outros interlocutores consideram esse valor inviável.

Um interlocutor lembra que, indo para R\$ 2,4 mil, o aumento no universo de pessoas isentas do IRPF cresceria cerca de 50% em relação ao atual. Outro interlocutor destaca que levar a faixa de isenção para R\$ 3 mil implicaria um custo adicional de R\$ 30 bilhões, desequilibrando as contas do governo e com chances de se passar uma percepção de populismo.

Duas fontes disseram ao **Valor** que no Planalto haveria resistência também à ideia de rever algumas isenções, como a de produtos financeiros (LCA, LCI, fundos exclusivos), que compensariam o reajuste nas faixas de renda do IRPF e ajudariam que o conjunto do texto ficasse equilibrado. Uma das preocupações seria com o financiamento do setor agrícola. Outra, o caráter impopular da medida junto à classe média.

No entanto, uma fonte da Economia disse que Guedes estaria conseguindo debelar essa preocupação. Do contrário, será praticamente inviável elevar a faixa de isenção do IRPF, bem como corrigir as demais faixas. Alternativas como reduzir deduções na

declaração estão fora do cardápio, assim como o Imposto de Transação. Depois de ter visto o debate ser interditado por Bolsonaro várias vezes, Guedes desistiu de insistir nessa tese. Mas há no seu entorno quem considere que o instrumento poderá voltar à pauta não pelas mãos do ministro, e sim pelo próprio andamento das discussões.

Na última sexta-feira, o ministro da Economia sinalizou a empresários que estava próximo de mandar a proposta e já tinha inclusive dado a alguns políticos conhecimento de detalhes do texto. Reiterou a visão de que se pretende reduzir o Imposto de Renda das empresas em cinco pontos percentuais, compensando com a taxação de dividendos e também revendo alguns benefícios, como os juros sobre capital próprio.

Em simultâneo, os técnicos do governo discutem com o Senado o andamento do projeto de Refis, apresentado pelo presidente da casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

A equipe econômica quer limitar o alcance do Refis, transformando o projeto em uma grande transação tributária. O novo texto conteria também uma medida para dar fôlego de caixa para as empresas do Simples: a moratória tributária, instrumento previsto no Código Tributário Nacional e usado em situações de calamidade.

Nessa moratória, as empresas do Simples poderiam suspender o pagamento de todos os tributos envolvidos no programa, o que contempla também os estaduais e os municipais. A dívida acumulada desses impostos não pagos poderia ser renegociada, por um prazo flexível conforme o faturamento. A empresa recolheria 0,3% de sua receita bruta a cada mês. Esse esquema teria a vantagem de acompanhar os ciclos econômicos. A desvantagem é que, dessa forma, a dívida poderá ser financiada por prazos muito longos.

A ideia consta do Projeto de Lei 3.566, apresentado pelo deputado André de Paula (PSD-PE) no ano passado. O texto está desatualizado, pois previa a suspensão dos pagamentos entre 1º de abril e 30 de setembro de 2020. A dívida poderia ser quitada até o dia 31 de janeiro de 2021 ou parcelada. Mas o mecanismo despertou o interesse da Economia, que o examina num contexto de elaboração de medidas

para dar fôlego financeiro a micro e pequenas empresas na retomada pós-pandemia, como alternativa a operações de crédito.

Uma fonte explica que a ideia é tentar deixar no texto do relator Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) um cardápio para as empresas optarem pela solução que lhes dê a melhor condição para retomar e expandir suas atividades.

Ontem, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), informou pelas redes sociais que conversou com Pacheco e combinou que os relatores da reforma tributária sejam definidos simultaneamente para que as propostas comecem a tramitar juntas nas duas casas do Congresso. “Vamos definir até o fim desta semana os relatores da reforma tributária que vai tramitar na Câmara”, disse Lira. “Tenho reuniões nesta semana com os líderes [dos partidos] e com integrantes da equipe econômica sobre as questões relativas ao Imposto de Renda”, publicou.

Na semana passada, Lira cobrou que o governo enviasse a proposta de mudanças no Imposto de Renda para que as etapas da reforma tributária definidas por ele e por Pacheco começassem a tramitar. Além desse projeto, há também a unificação do PIS/Cofins na Câmara e o Refis (parcelamento de dívidas) e a proposta de emenda constitucional (PEC) que unifica impostos federais, estaduais e municipais sobre o consumo, ambas no Senado. **(Colaborou Raphael Di Cunto)**

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Chuva, vento e frio! Nada disso incomoda quem usa essa jaqueta